

Relatório e Contas Consolidadas Financeiras e Orçamentais em SNC-AP

Ano de 2022

Relatório de Gestão das Contas Consolidado

Demonstrações Orçamentais Consolidadas

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Relatório e Contas Consolidadas Financeiras e Orçamentais em SNC-AP

Ano de 2022

Índice

1. Relatório de Gestão das Contas Consolidadas	3
2 Demonstrações Orçamentais Consolidadas	20
2.1 Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental	20
2.2 Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza	21
3. Demonstrações Financeiras	22
3.1 Balanço Consolidado.....	22
3.2 Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada	23
3.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados	24
3.4 Demonstração das Alterações do Património Líquido	25
3.5 Contabilidade de Gestão	26
3.6 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	29

1. Relatório de Gestão das Contas Consolidadas

Introdução

A consolidação de contas para as entidades da administração pública, encontra-se prevista no Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades Públicas (SNC-AP), nomeadamente nas Normas de Contabilidade Pública (NCP) 22 e 26. O SNC-AP passou a vigorar para as autarquias em 2020, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado de 2019, utilizando-se desde esse ano as regras desse normativo na prestação de contas consolidada da Câmara Municipal de Almada.

Historicamente, temos que a consolidação de contas encontra-se prevista na legislação desde a aprovação da Lei n.º2/2007, de 15 de janeiro, contudo a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) considerava que não era possível a sua realização pelo facto do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) não definir as respetivas regras. Mais tarde, com a aprovação da Portaria 474/2010 de 1 de julho, que foi adotada e regulamentada pela DGAL em abril 2011, passou a existir um referencial para a realização da consolidação de contas pelos municípios.

A consolidação surge assim, como uma medida para conseguir informação agregada das várias entidades controladas pela Câmara Municipal de Almada e que consiste em elaborar a nível de grupo (entidades juridicamente autónomas, dependentes de um centro de decisão, entidade-mãe), demonstrações financeiras idênticas às elaboradas pela entidade-mãe ou entidade consolidante.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira da situação financeira, quer ao

nível da avaliação do risco financeiro, quer no âmbito dos resultados do grupo municipal, permitindo uma melhor análise e avaliação das políticas públicas locais.

As demonstrações financeiras consolidadas devem, dessa forma, ser elaboradas e aprovadas, em conformidade com o preconizado no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, pela Câmara Municipal e de acordo com o estabelecido n.º 2 do artigo 76.º da mesma lei, submetidas à apreciação do órgão deliberativo durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

Os valores apresentados são expressos na unidade monetária Euro.

Período de relato: 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Perímetro de Consolidação do Grupo Municipal

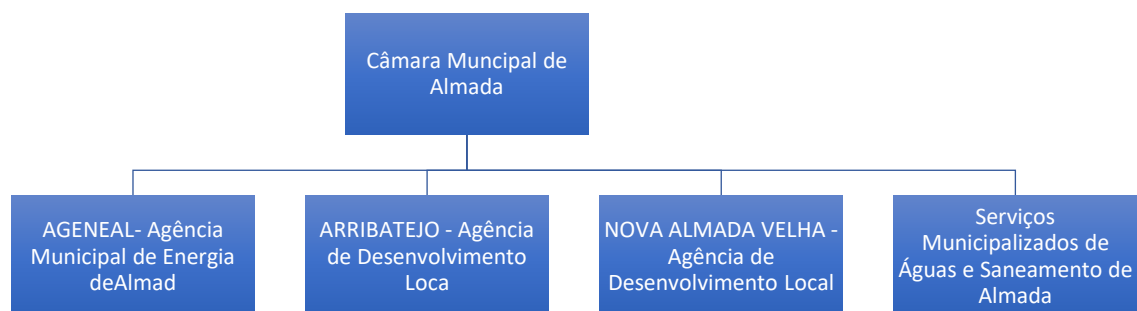
A NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental determina a apresentação e a divulgação das demonstrações orçamentais consolidadas, a NCP 1 – Estrutura e Conteúdos das demonstrações financeiras determina a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, sendo que a sua preparação e elaboração é feita nos termos da NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, para as entidades abrangidas pelo SNC-AP,

Atendendo à FAQ 18 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), existem dois níveis diferentes de preparação da prestação de contas, nomeadamente o orçamental e o financeiro, dado que as duas normas têm conceitos de perímetro de consolidação diferentes.

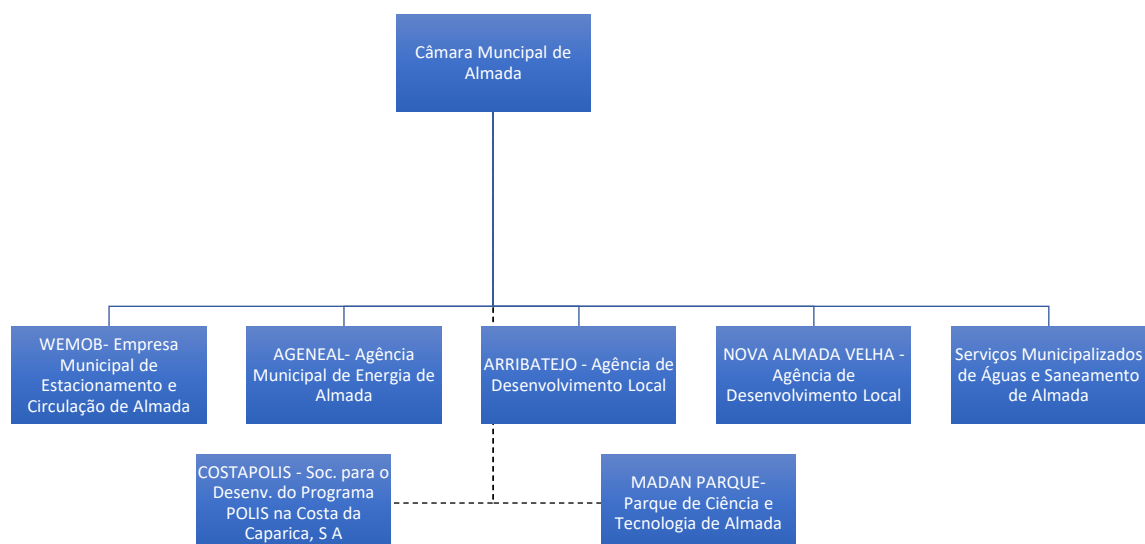
Resumidamente, temos que para efeitos de demonstrações orçamentais, apenas relevam para o perímetro as entidades controladas e que simultaneamente tenham sido reclassificadas para efeitos de contas nacionais. Já o perímetro para as demonstrações

financeiras inclui todas as entidades controladas, independentemente da sua reclassificação para efeitos de contas nacionais.

Assim, para efeitos de perímetro orçamental temos a seguinte estrutura de grupo municipal:



Relativamente à estrutura de grupo municipal para efeitos de perímetro financeiro, temos o seguinte:



Nota:

A tracejado encontram-se as entidades que não consolidam, mas que nos termos do normativo em vigor são contabilizadas pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP)

A identificação das entidades e o sumário da respetiva atividade é a seguinte:

1.1 Município de Almada - NIPC 500051054 – entidade consolidante

- É uma autarquia local com atividades que visam a prossecução de interesses próprios da população residente, com atribuições legalmente definidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

1.2 Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada - NIPC 680017763;

- Captação e abastecimento de água, recolha e tratamento de águas residuais e drenagem de águas pluviais.

1.3 WEMOB - Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada E.M. S.A. - NIPC 507001206 (não consolida nas demonstrações orçamentais)

- Gestão de serviços de interesse geral, nos termos do previsto nos artigos 20.º n.º 1 e 45.º, da Lei n.º 20/2012, de 31 de agosto, concretamente: a) A promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, incluindo a construção, gestão, exploração, manutenção e concessão de zonas de estacionamento gerais ou específicas, no subsolo ou à superfície, a fiscalização do cumprimento do Código da Estrada e legislação complementar, e a prestação de serviços conexos com estas atividades, e ainda a gestão do “Flexibus”. No âmbito do seu objeto social contêm-se a promoção de todos os procedimentos legais relativos à identificação e remoção de veículos ocupando espaços públicos, em estacionamento indevido ou abusivo, com sinais de abandono, previstos no CE, incluindo os designados veículos em fim de vida (VfV). Para prossecução do seu objeto e, em particular o descrito no número anterior, a WEMOB – EMSA, manterá em pleno funcionamento parques específicos para estacionamento temporário de veículos removidos.

1.4 NOVALMADAVELHA - Agência de Desenvolvimento Local – NIPC 504974688

- Potenciar o desenvolvimento integrado da cidade de Almada, através de ações e projetos que envolvam os diversos agentes, nomeadamente nos domínios de património cultural e natural, do lazer e do turismo, da animação urbana, da formação profissional e do emprego, da divulgação e do marketing.

1.5 Agência Municipal de Energia de Almada - AGENEAL – NIPC 504329073

- Contribuir para aumentar a eficiência energética através da utilização racional e da conservação de energia, para melhorar o aproveitamento de recursos energéticos endógenos.

1.6 ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local – NIPC 504974696.

- Potenciar o desenvolvimento integrado da Costa de Caparica através de ações e projetos que envolva, os diversos agentes, nomeadamente nos domínios do património cultural e natural, do lazer e do turismo

As entidades participadas pelo grupo municipal e a sua forma de contabilização demonstram-se no seguinte quadro:

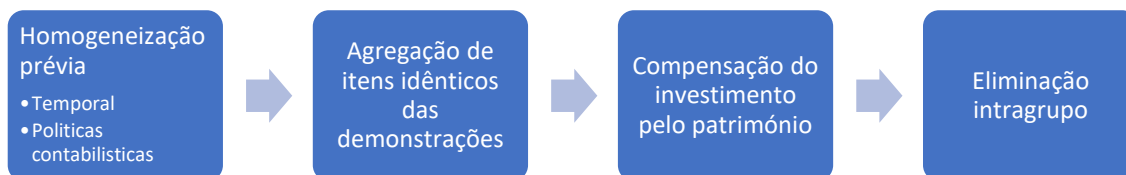
Tipo	Entidade	Percentagem de participação		Método de contabilização
		% detenção direta da CMA	% detenção no grupo	
Empresa privada participação minoritária	AMARSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S A	12,33%	12,33%	Custo
Empresa municipal	WeMob- Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M. S.A.	100,00%	100,00%	Consolidação
Empresa do setor empresarial do estado - regime privado - influência significativa	COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A	40,00%	40,00%	MEP
Associação onde o grupo tem o controlo	NOVA ALMADA VELHA - Agência de Desenvolvimento Local	84,75%	84,75%	Consolidação
Associação onde o grupo tem o controlo	ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	61,73%	61,73%	Consolidação
Associação onde o grupo tem o controlo	AGENEAL- Agência Municipal de Energia de Almada	46,52%	72,57%	Consolidação
Serviços onde o grupo tem o controlo	SMAS- Serviços Municipalizados de água e Saneamento de Almada	100,00%	100,00%	Consolidação
Associação onde o grupo tem influência significativa	MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada	40,65%	40,65%	MEP
Associação onde o grupo não tem influência significativa	Associação Almascience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	16,67%	16,67%	Custo
Fundo onde o grupo não tem influência significativa	Fundo de Apoio Municipal	0,67%	0,67%	Custo

Método da Consolidação

O método utilizado nas demonstrações financeiras é o da consolidação integral, que consiste na integração no Balanço e Demonstração dos Resultados e outras peças financeiras e orçamentais da entidade consolidante, dos elementos respetivos dessas demonstrações das entidades consolidadas.

As rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados e de outras demonstrações são agregadas por soma das contas individuais e corrigidas pela supressão dos saldos pendentes e das transações ocorridas no exercício entre as entidades alvo de consolidação.

No esquema seguinte, temos os passos executados no âmbito da consolidação de contas.



Relativamente às demonstrações orçamentais, é utilizado o método da consolidação simples, semelhante ao da consolidação integral e que consiste na soma algébrica de rubricas equivalentes de obrigações, de pagamentos, de liquidações e de recebimentos das demonstrações orçamentais individuais das entidades pertencentes ao perímetro de consolidação e na posterior eliminação, tendo em consideração as entidades dependentes de cada um dos níveis de consolidação, dos saldos resultantes de obrigações e liquidações recíprocas por natureza, assim como dos saldos de pagamentos e recebimentos de operações internas por natureza

Tendo em conta a reduzida relevância em termos de impacto da integração das contas das entidades participadas nas contas consolidadas do grupo municipal,

este documento, deverá ser complementado com a leitura do relatório das contas individuais do Município de 2022.

Em anexo ao presente documento é apresentada por entidade um resumo dos seus dados, tomando como base a prestação de contas para o Tribunal de Contas.

Análise Patrimonial

Análise ao Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado agrega, num conjunto de rubricas, os bens, direitos e obrigações do Grupo Municipal, sobre os quais incidirá a respetiva análise. Relata a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do grupo municipal à data de encerramento do exercício de 2021, dando a conhecer a estrutura:

- *económica*: Ativo do grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a *aplicação de fundos*;
- *financeira*: Capital Próprio e Passivo do grupo sendo estes a *origem de fundos*.

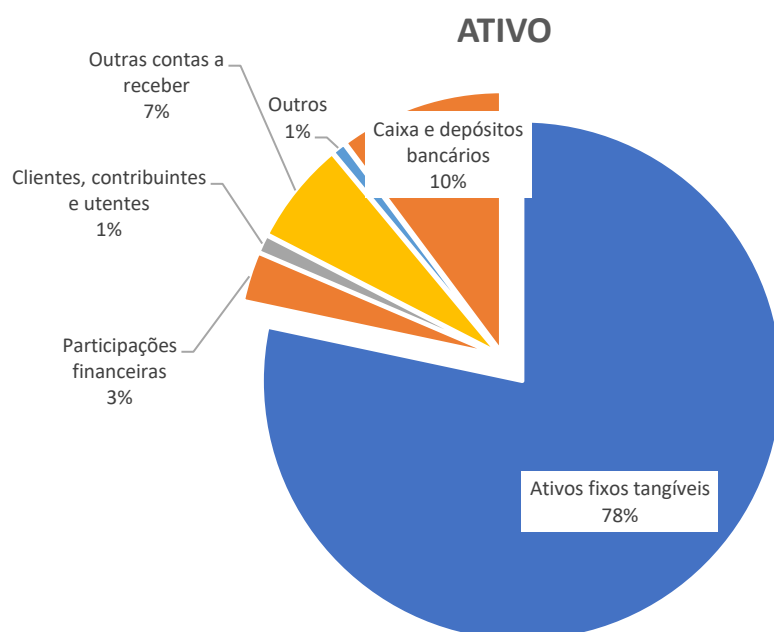
A consolidação de contas incidiu sobre a prestação de contas de 2022, com expressão nos balanços individuais seguintes:

- Município de Almada: 641.613.120,98 €;
- Serviços Municipalizados: 55.678.514,50€;
- WEMOB: 1.784.417,80€;
- Ageneal: 93.392,15 €;
- Arribatejo: 650.278, 33 €;
- Novalmadavelha: 356.381,56 €.

O Balanço Consolidado, quando confrontado com o Balanço Individual do Município, permite apurar o forte peso da entidade consolidante, que exhibe aproximadamente 100% do total apurado para o grupo autárquico, sendo importante também mencionar que o facto da autarquia contabilizar nas suas contas individuais as entidades do grupo pelo Método da Equivalência Proporcional, seria esse o efeito esperado, dado que parte substancial do património das entidades sujeitas a consolidação já está integrada na rubrica de participações financeiras.

Observando a estrutura do **Ativo**, verifica-se que o Ativo não Corrente tem um peso de 82% e o Ativo Corrente apenas 18%, ambos face ao total do Ativo.

Ativo	2022	2021	Peso
Ativos não corrente	532 288 493,47	531 353 383,17	81,70%
Ativos fixos tangíveis	510 432 643,84	508 743 625,40	78,34%
Propriedades de Investimento	1 003 512,66	1 019 974,13	0,15%
Ativos intangíveis	658 146,76	1 239 553,80	0,10%
Participações financeiras	20 171 290,58	20 327 907,81	3,10%
Outros Ativos financeiros	22 899,63	22 322,03	0,00%
Ativo corrente	119 260 853,20	113 246 280,17	18,30%
Inventários	1 777 289,65	1 382 380,42	0,27%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	500 000,00	1 538 526,93	0,08%
Devedores por transferências e subsídios reembolsáveis	2 150,80	145 623,91	0,00%
Devedores por empréstimos bonificados		0,00	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes	7 336 352,94	3 152 952,49	1,13%
Estado e outros entes públicos	883 846,11	342 017,26	0,14%
Outras contas a receber	41 655 407,34	40 370 690,56	6,39%
Diferimentos	661 614,36	544 916,25	0,10%
Caixa e depósitos bancários	66 444 192,00	65 769 172,35	10,20%
Total do Ativo	651 549 346,67	644 599 663,34	100,00%



Os ativos fixos tangíveis da autarquia representam 78% do total do ativo, sendo que conforme já mencionado na apresentação da consolidação de contas do ano transato, existiu em 2020 uma avaliação e regularização das infraestruturas viárias e uma regularização com registo ao Valor Patrimonial Tributável de todos os bens de domínio privado que tivessem essa valorização e fossem adquiridos previamente a 2020.

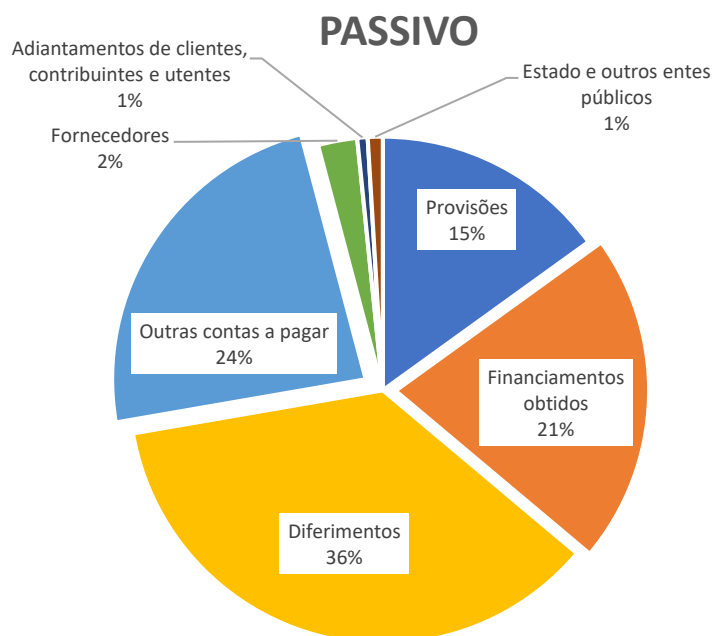
Em outras contas a receber, também se inclui a periodização económica dos impostos municipais, tendo especial relevo o Imposto Municipal sobre Imóveis, a liquidar apenas em 2023, mas referente a 2022.

A rubrica de caixa e depósitos bancários ascende a 66,4 milhões de euros e representa 10,20% do ativo total.

O valor de 7,3 milhões de euros registado na rubrica de clientes, já se encontra deduzido das imparidades acumuladas, representando efetivamente o montante expectável da recuperação dos saldos a receber.

Relativamente ao Passivo verifica-se que o mesmo, considerando até as provisões que não correspondem a obrigações orçamentais presentes, consegue ser totalmente coberto pelas disponibilidades financeiras da autarquia.

Passivo	2022	2021	Peso
Passivo não corrente	33 280 396,21	32 727 358,89	5,11%
Provisões	10 486 292,04	9 408 814,68	15,02%
Financiamentos obtidos	11 889 866,36	14 613 700,58	17,03%
Fornecedores de investimentos	69 200,00	74 000,00	0,10%
Diferimentos	9 072 659,10	8 007 588,86	13,00%
Outras contas a pagar	1 762 378,71	623 254,77	2,52%
Passivo corrente	36 519 126,52	34 976 740,03	52,32%
Credores por transferências e subsídios concedidos		2 500,00	0,00%
Fornecedores	1 742 256,53	1 470 212,87	2,50%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	460 826,49	376 826,49	0,66%
Estado e outros entes públicos	664 696,82	1 350 131,43	0,95%
Financiamentos obtidos	2 781 394,69	3 513 665,08	3,98%
Fornecedores de investimentos	77 049,58	77 906,84	0,11%
Outras contas a pagar	14 679 530,82	12 778 175,29	21,03%
Diferimentos	16 113 371,59	15 407 322,03	23,09%
Total do Passivo	69 799 522,73	67 704 098,92	100,00%



Em outras contas a pagar, encontra-se também refletida a periodização económica dos gastos, como por exemplo o subsídio de férias e encargos sociais

dessas remunerações a pagar aos trabalhadores em 2023, mas relativos a direitos obtidos em 2022.

Os financiamentos obtidos compreendem a parte essencial do passivo não corrente e correspondem essencialmente a empréstimos de longo prazo e residualmente a locações financeiras.

Apresenta-se no quadro seguinte a variação das várias componentes do balanço de 2022 face a 2021.

RUBRICAS	31/12/2022	Peso no total do balanço	31/12/2021	Peso no total do balanço	Variação 2022 - 2021	
					Valor	%
Ativo						
Ativos não corrente	532 288 493,47	81,70%	531 353 383,17	82,43%	935 110,30	0,18%
Ativos fixos tangíveis	510 432 643,84	78,34%	508 743 625,40	78,92%	1 689 018,44	0,33%
Propriedades de Investimento	1 003 512,66	0,15%	1 019 974,13	0,16%	-16 461,47	-1,61%
Ativos intangíveis	658 146,76	0,10%	1 239 553,80	0,19%	-581 407,04	-46,90%
Participações financeiras	20 171 290,58	3,10%	20 327 907,81	3,15%	-156 617,23	-0,77%
Outros Ativos financeiros	22 899,63	0,00%	22 322,03	0,00%	577,60	2,59%
Ativo corrente	119 260 853,20	18,30%	113 246 280,17	17,57%	6 014 573,03	5,31%
Inventários	1 777 289,65	0,27%	1 382 380,42	0,21%	394 909,23	28,57%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	500 000,00	0,08%	1 538 526,93	0,24%	-1 038 526,93	-67,50%
Devedores por transferências e subsídios reembolsáveis	2 150,80	0,00%	0,00	0,00%	2 150,80	N/A
Devedores por empréstimos bonificados	0,00	0,00%	145 623,91	0,02%	-145 623,91	-100,00%
Clientes, contribuintes e utentes	7 336 352,94	1,13%	3 152 952,49	0,49%	4 183 400,45	132,68%
Estado e outros entes públicos	883 846,11	0,14%	342 017,26	0,05%	541 828,85	158,42%
Outras contas a receber	41 655 407,34	6,39%	40 370 690,56	6,26%	1 284 716,78	3,18%
Diferimentos	661 614,36	0,10%	544 916,25	0,08%	116 698,11	21,42%
Caixa e depósitos bancários	66 444 192,00	10,20%	65 769 172,35	10,20%	675 019,65	1,03%
Total do Ativo	651 549 346,67	100,00%	644 599 663,34	100,00%	6 949 683,33	1,08%
Património Líquido	581 749 823,94	89,29%	576 895 564,42	89,50%	4 854 259,51	0,84%
Património/Capital	179 335 685,03	27,52%	179 343 599,07	27,82%	-7 914,04	0,00%
Reservas	39 517 952,17	6,07%	39 517 952,17	6,13%	0,00	0,00%
Resultados transitados	307 443 293,61	47,19%	300 213 956,95	46,57%	7 229 336,66	2,41%
Ajustamentos em ativos financeiros	5 305 699,05	0,81%	5 378 250,77	0,83%	-72 551,72	-1,35%
Outras variações no património líquido	44 449 207,90	6,82%	44 769 548,78	6,95%	-320 340,88	-0,72%
Resultado líquido do período	5 412 100,65	0,83%	7 416 237,89	1,15%	-2 004 137,24	-27,02%
Interesses que não controlam	285 885,53	0,04%	256 018,79	0,04%	29 866,73	11,67%
Passivo						
Passivo não corrente	33 280 396,21	5,11%	32 727 358,89	5,08%	553 037,32	1,69%
Provisões	10 486 292,04	1,61%	9 408 814,68	1,46%	1 077 477,36	11,45%
Financiamentos obtidos	11 889 866,36	1,82%	14 613 700,58	2,27%	-2 723 834,22	-18,64%
Fornecedores de investimentos	69 200,00	0,01%	74 000,00	0,01%	-4 800,00	-6,49%
Diferimentos	9 072 659,10	1,39%	8 007 588,86	1,24%	1 065 070,24	13,30%
Outras contas a pagar	1 762 378,71	0,27%	623 254,77	0,10%	1 139 123,94	182,77%
Passivo corrente	36 519 126,52	5,60%	34 976 740,03	5,43%	1 542 386,49	4,41%
Credores por transferências e subsídios concedidos	0,00	0,00%	2 500,00	0,00%	-2 500,00	-100,00%
Fornecedores	1 742 256,53	0,27%	1 470 212,87	0,23%	272 043,66	18,50%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	460 826,49	0,07%	376 826,49	0,06%	84 000,00	22,29%
Estado e outros entes públicos	664 696,82	0,10%	1 350 131,43	0,21%	-685 434,61	-50,77%
Financiamentos obtidos	2 781 394,69	0,43%	3 513 665,08	0,55%	-732 270,39	-20,84%
Fornecedores de investimentos	77 049,58	0,01%	77 906,84	0,01%	-857,26	-1,10%
Outras contas a pagar	14 679 530,82	2,25%	12 778 175,29	1,98%	1 901 355,53	14,88%
Diferimentos	16 113 371,59	2,47%	15 407 322,03	2,39%	706 049,56	4,58%
Total do Passivo	69 799 522,73	10,71%	67 704 098,92	10,50%	2 095 423,81	3,09%
Total do Património Líquido e Passivo	651 549 346,67	100,00%	644 599 663,34	100,00%	6 949 683,32	1,08%

No quadro seguinte apresentam-se alguns dos rácios mais relevantes na análise da posição financeira da autarquia, onde é fácil concluir que existe capacidade financeira para fazer face aos passivos assumidos.

Indicadores		31/12/2022		31/12/2021		Observações
Solvabilidade I	Património líquido	581 749 824	833%	576 895 564	852%	Os indicadores de solvabilidade medem a capacidade financeira global de a entidade poder solver melhor ou pior a totalidade dos seus compromissos, i.e., evidencia se os capitais próprios são ou não suficientes para solver a dívida (de CP e MLP). Põe, assim, em destaque o grau de independência da entidade face aos seus credores
	Passivo	69 799 523		67 704 099		
Solvabilidade II	Ativo Líquido	651 549 347	933%	644 599 663	952%	Este indicador dá a solvabilidade em sentido estrito, devendo ser superior a 100%, pois caso seja inferior, a unidade evidencia uma situação líquida negativa
	Passivo	69 799 523		67 704 099		
Autonomia Financeira	Património líquido	581 749 824	89%	576 895 564	89%	Este indicador evidencia a parte do ativo coberto pelo fundo patrimonial, ou seja, compara o capital próprio com a aplicação de fundos. Quando o maior o valor do rácio, tanto menor será a dependência da entidade face a financiamentos externos, o que lhe dará maior autonomia, ou seja, maior solvabilidade. Um valor baixo indica grande dependência em relação aos credores, Deve ser superior a 33%
	Ativo Líquido	651 549 347		644 599 663		
Liquidez Geral	Ativo corrente	119 260 853	327%	113 246 280	324%	Este indicador mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo ativo circulante. Deve ser superior a 100% (situação de equilíbrio financeiro mínimo). Se for inferior a 100%, mostra a impossibilidade da entidade de cumprir os pagamentos referentes a débitos a liquidar no curto prazo. Quando maior for o resultado do indicador, maior a certeza de que os débitos a CP podem ser pagos nos prazos adequados.
	Passivo corrente	36 519 127		34 976 740		
Liquidez Imediata	Caixa e bancos	66 444 192	182%	65 769 172	188%	Este indicador é idêntico ao anterior, considerando apenas o valor das disponibilidades. Deve ser superior a 90%
	Passivo corrente	36 519 127		34 976 740		
Indicador das Imobilizações III	Património líquido	581 749 824	109%	576 895 564	109%	Avalia cobertura do imobilizado pelo fundo patrimonial. É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando se o fundo patrimonial é suficiente para financiar o imobilizado ou se é necessário utilizar financiamentos externos. Deve ser > 100%.
	AFT + AI + PI + PF	532 265 594		531 331 061		
Indicador das Imobilizações III	Passivo não corrente	33 280 396	6%	32 727 359	6%	Avalia cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de MLP. É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando a utilização de financiamentos externos de MLP. Em conjunto com os fundos próprios devem corresponder a 100% do ativo imobilizado.
	AFT + AI + PI + PF	532 265 594		531 331 061		
% Imobilizado Líquido Total	AFT + AI + PI + PF	532 265 594	82%	531 331 061	82%	Permite aferir a importância relativa do imobilizado no conjunto do ativo líquido da autarquia. Quanto maior a %, maior a rigidez e a falta de liquidez associada à estrutura do ativo.
	Ativo Líquido	651 549 347		644 599 663		
Endividamento I	Passivo	69 799 523	11%	67 704 099	11%	Mede o grau de dependência do ativo líquido total relativamente ao passivo.
	Ativo Líquido	651 549 347		644 599 663		
Endividamento II	Dívidas (MLP + CP)	50 240 572	8%	50 287 695	8%	Mede o peso de capitais alheios no financiamento das atividades da entidade, indicando a dependência em relação a recursos de terceiros (bancos, fornecedores, recursos da atividade laboral e tributária. Uma participação próxima de 100% denota insolvência e extrema dependência de terceiros. Deve ser ≤ 60%.
	Ativo Líquido	651 549 347		644 599 663		
Endividamento de CP	Passivo corrente-Diferimentos	20 405 755	3%	19 569 418	3%	Mede o grau de dependência do ativo líquido total relativamente ao capital alheio de CP utilizado pela entidade.
	Ativo Líquido	651 549 347		644 599 663		
Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP	50 240 572	147%	50 287 695	144%	Exprime a estrutura do endividamento, tendo em conta o passivo de MLP. Quando maior for o rácio de MLP, menor será o peso das dívidas de CP na dívida total, com menores pressões na tesouraria
	Passivo sem diferimentos e provisões	34 127 200		34 880 373		
Estrutura de Endividamento II	Passivo corrente-Diferimentos	20 405 755	60%	19 569 418	56%	Exprime a estrutura do endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante excluindo por isso os acréscimos e diferimentos. Complementa o indicador anterior
	Passivo sem diferimentos e provisões	34 127 200		34 880 373		

Análise à Demonstração de Resultados Consolidada

A generalidade das componentes dos Rendimentos e Gastos consolidados é determinada pelas contas individuais do Município e SMAS.

A Demonstração de Resultados permite avaliar o grau de eficiência conseguido em termos de atividade, de forma a efetuar uma previsão relativamente à capacidade que o grupo municipal detém para gerar fluxos de caixa.

Da análise à estrutura de rendimentos, verifica-se que o grupo tem uma independência financeira de apoio externo, dado que o somatório das rubricas de impostos e taxas, vendas e prestações de serviços, totaliza cerca 74% do total de rendimentos.

RUBRICAS	31/12/2022	Peso no total nos rendimentos
Rendimentos	164 040 398,48	100,00%
Impostos e taxas	77 594 641,33	47,30%
Vendas	12 157 881,86	7,41%
Prestações de serviços	32 647 581,67	19,90%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	34 425 035,44	20,99%
Imparidade de inventários(perdas/reversões)	2 323,88	0,00%
Imparidade de dívidas a receber(perdas/reversões)	365 632,78	0,22%
Outros rendimentos e ganhos	6 770 152,59	4,13%
Juros e rendimentos similares obtidos	77 148,93	0,05%

Contribui significativamente para a capacidade financeira do município a rubrica de impostos e taxas, que totaliza em 2022 cerca de 77,6 milhões de euros.

RUBRICAS	31/12/2022	Peso no total nos rendimentos	31/12/2021	Peso no total nos rendimentos	Variação 2022-2021	
					Valor	%
Rendimentos	164 040 398,48	100,00%	138 658 945,69	100,00%	25 381 452,79	18,30%
Impostos e taxas	77 594 641,33	47,30%	72 625 409,85	52,38%	4 969 231,48	6,84%
Vendas	12 157 881,86	7,41%	11 699 125,52	8,44%	458 756,34	3,92%
Prestações de serviços	32 647 581,67	19,90%	26 444 424,22	19,07%	6 203 157,45	23,46%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	34 425 035,44	20,99%	20 287 282,72	14,63%	14 137 752,72	69,69%
Imparidade de inventários(perdas/reversões)	2 323,88	0,00%	0,00	0,00%	2 323,88	N/A
Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00%	361 518,39	0,26%	-361 518,39	-100,00%
Imparidade de dívidas a receber(perdas/reversões)	365 632,78	0,22%	3 560 787,56	2,57%	-3 195 154,78	-89,73%
Outros rendimentos e ganhos	6 770 152,59	4,13%	3 597 640,09	2,59%	3 172 512,50	88,18%
Juros e rendimentos similares obtidos	77 148,93	0,05%	82 757,34	0,06%	-5 608,41	-6,78%

Pelo quadro anterior verifica-se um aumento global dos rendimentos em 19% face ao ano de 2021.

Comparativamente com 2021 é notório o incremento das rubricas de transferências correntes e subsídios à exploração obtidos, prestação de serviços e impostos e taxas em contrapartida da diminuição da rubrica imparidade de dívidas a receber.

Analisando a estrutura de gastos constata-se que são os gastos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos, os quais contribuem para o total dos gastos operacionais com 72%.

RUBRICAS	31/12/2022	Peso no total nos gastos
Gastos	158 628 297,83	100,00%
Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjunto:	83 104,34	0,05%
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 263 273,28	1,43%
Fornecimentos e serviços externos	51 750 023,57	32,62%
Gastos com o pessoal	63 155 159,44	39,81%
Transferências e subsídios concedidos	18 783 676,66	11,84%
Provisões (aumentos/reduções)	1 077 477,36	0,68%
Outros gastos e perdas	2 602 821,26	1,64%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	18 731 445,27	11,81%
Juros e gastos similares suportados	177 529,46	0,11%
Imposto sobre o rendimentos	3 787,19	0,00%

Assume também um papel relevante na estrutura de gastos o montante despendido em transferências e subsídios concedidos e ainda os gastos com depreciações e amortizações, sendo que estes últimos não envolvem um dispêndio financeiro, apenas se destinam a evidenciar contabilisticamente o desgaste dos bens de investimento.

Comparativamente a 2022, verifica-se um incremento dos gastos totais em 27,4 milhões de euros, representando cerca de 21%.

RUBRICAS	Variação 2022-2021					
	31/12/2022	Peso no total nos gastos	31/12/2021	Peso no total nos gastos	Valor	%
Gastos	158 628 297,83	100,00%	131 271 527,98	100,00%	27 356 769,85	20,84%
Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	83 104,34	0,05%	0,00	0,00%	83 104,34	N/A
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 263 273,28	1,43%	2 862 019,53	2,18%	-598 746,25	-20,92%
Fornecimentos e serviços externos	51 750 023,57	32,62%	36 656 911,58	27,92%	15 093 111,99	41,17%
Gastos com o pessoal	63 155 159,44	39,81%	52 662 622,87	40,12%	10 492 536,57	19,92%
Transferências e subsídios concedidos	18 783 676,66	11,84%	14 360 624,83	10,94%	4 423 051,83	30,80%
Imparidade de inventários(perdas/reversões)	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	N/A
Provisões (aumentos/reduções)	1 077 477,36	0,68%	2 036 105,97	1,55%	-958 628,61	-47,08%
Outros gastos e perdas	2 602 821,26	1,64%	3 282 397,98	2,50%	-679 576,72	-20,70%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	18 731 445,27	11,81%	19 088 391,67	14,54%	-356 946,40	-1,87%
Juros e gastos similares suportados	177 529,46	0,11%	318 426,65	0,24%	-140 897,19	-44,25%
Imposto sobre o rendimentos	3 787,19	0,00%	4 026,90	0,00%	-239,71	-5,95%

Em valores absolutos, contribuíram para o maior incremento dos gastos as rubricas de fornecimento e serviços externos e gastos com o pessoal.

Pelos gastos e rendimentos gerados no período, o grupo municipal apurou um resultado líquido de 5.412.100,65 euros, onde 5.423.514,21 euros são atribuíveis à entidade mãe e o montante negativo de 11.413,56 euros é atribuível com o resultado dos interesses que não controlam. Para efeitos de apuramento de Interesses que não controlam, estes ao nível do balanço totalizam 285.885,53 euros.

Análise Orçamental

Desde início de aplicação do SNC-AP, em 2020, a autarquia apresenta a Demonstração Consolidada do

Desempenho Orçamental, sendo que o perímetro orçamental da autarquia deixou de incluir a Wemob para esse efeito.

Em 2022 foi apurado um total de receita de 220,1 milhões de euros, onde se inclui uma receita efetiva de 157,3 milhões de euros e o saldo de gerência orçamental transitado de 50,6 milhões de euros.

Rubrica	RECEBIMENTOS	Consolidado	
		2022	2021
	Saldo de gerência anterior	53 712 264,66	37 607 006,10
	Operações orçamentais [1]	50 592 229,27	34 525 564,80
	Restituição do saldo oper. orçamentais		0,00
	Operações de tesouraria [A]	3 120 035,39	3 081 441,30
	Receita corrente	149 595 836,73	131 430 320,48
R1	Receita fiscal	69 099 146,39	62 648 929,77
R11	Impostos diretos	69 099 146,39	62 648 929,77
R12	Impostos indiretos		0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	8 820 630,78	7 209 645,53
R4	Rendimentos de propriedade	3 421 388,46	7 102 225,88
R5	Transferências Correntes	34 457 495,02	20 631 434,63
R6	Venda de bens e serviços	33 730 636,11	33 742 993,69
R7	Outras receitas correntes	66 539,97	95 090,98
	Receita de capital	7 295 634,51	4 564 919,99
R8	Venda de bens de investimento	84 026,88	384 666,80
R9	Transferências de Capital	6 863 482,91	4 172 352,18
R10	Outras receitas de capital	348 124,72	7 901,01
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	372 264,55	515 561,74
	Receita efetiva [2]	157 263 735,79	136 510 802,21
	Receita não efetiva [3]	12 264 146,26	20 278 265,59
R12	Receita com ativos financeiros	12 264 146,26	20 278 265,59
R13	Receita com passivos financeiros		0,00
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	220 120 111,32	191 314 632,60
	Operações de tesouraria [B]	2 951 887,38	8 089 365,72

O total de pagamentos cifrou-se em 158,3 milhões de euros, destes 155,4 milhões de euros correspondem a despesa efetiva e 2,9 milhões de euros soma a despesa não efetiva (despesa com ativos financeiros).

Rubrica	PAGAMENTOS	2022	2021
	Despesa corrente	124 878 984,80	101 107 123,57
D1	Despesas com o pessoal	61 494 126,92	50 799 805,13
D2	Aquisição de bens e serviços	44 997 245,79	33 627 755,83
D3	Juros e outros encargos	119 716,23	334 153,75
D4	Transferências e subsídios correntes	16 669 011,23	13 877 383,46
D5	Outras despesas correntes	1 598 884,63	2 468 025,40
	Despesa de capital	30 558 176,70	24 028 432,94
D6	Aquisição de bens de capital	27 848 059,20	22 393 066,98
D7	Transferências e subsídios de capital	2 710 117,50	1 635 365,96
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00
	Despesa efetiva [5]	155 437 161,50	125 135 556,51
	Despesa não efetiva [6]	2 902 802,48	15 586 846,82
D10	Despesa com ativos financeiros	0,00	12 156 290,25
D11	Despesa com passivos financeiros	2 902 802,48	3 430 556,57
	Soma [7]=[5]+[6]	158 339 963,98	140 722 403,33
	Operações de tesouraria [C]	3 144 223,28	8 050 771,63

O total de despesa realizada e de receita arrecadada permitiu a obtenção de um saldo de gerência orçamental consolidado de 61,8 milhões de euros.

APURAMENTO	2022	2021
Saldo para a gerência seguinte	64 707 846,85	53 712 264,66
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	61 780 147,36	50 592 229,27
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	2 927 699,49	3 120 035,39
Saldo global [2] - [5]	1 826 574,31	11 375 245,70
Despesa primária	155 317 445,27	124 801 402,76
Saldo corrente	24 716 851,95	30 323 196,91
Saldo de capital	-23 262 542,19	-19 463 512,95
Saldo primário	1 946 290,54	11 709 399,45
Receita total [1] + [2] + [3]	220 120 111,34	191 314 632,60
Despesa total [5] + [6]	158 339 963,98	140 722 403,33

O saldo corrente apurado nos termos da NCP 26 é positivo em 24,7 milhões de euros e serviu para financiar parcialmente a despesa de capital, cujo saldo se apresenta negativo em 23,3 milhões de euros.

É apresentada também a demonstração consolidada dos direitos e obrigações, sendo que não foram identificados saldos orçamentais comuns entre as entidades, considera-se também que esta demonstração é referente aos direitos por receber e obrigações por pagar no final do período.

2.2 Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

		Consolidado					
Rubrica	RECEBIMENTOS	2022	2021	Rubrica	PAGAMENTOS	2022	2021
Receita corrente		10 852 366,38	9 940 240,44	Despesa corrente		1 647 749,09	2 031 626,89
R1 Receita fiscal		6 183,20	3 835,06	D1 Despesas com o pessoal		671 380,31	1 319 664,98
R11 Impostos diretos		6 183,20	3 835,06	D11 Remunerações Certas e Permanentes		447 336,87	609 212,79
R12 Impostos indiretos		0,00	0,00	D12 Abonos Variáveis ou Eventuais		29 765,17	38 723,44
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		0,00	0,00	D13 Segurança social		194 278,27	671 728,75
R3 Taxas, multas e outras penalidades		1 362 284,70	1 965 857,28	D2 Aquisição de bens e serviços		976 159,18	711 180,10
R4 Rendimentos de propriedade		90 465,01	777 394,93	D3 Juros e outros encargos		0,00	521,95
R5 Transferências Correntes		576 486,71	601 486,71	D4 Transferências e subsídios correntes		87,10	129,93
R51 Administrações Públicas		576 486,71	436 607,73	D41 Transferências correntes		87,10	0,00
R511 Administração Central - Estado		0,00	0,00	D411 Administrações Públicas		0,00	0,00
R512 Administração Central - Outras entidades		0,00	10 714,37	D4111 Administração Central - Estado Português		0,00	0,00
R513 Segurança Social		139 878,98	0,00	D4112 Administração Central - Outras entidades		0,00	0,00
R514 Administração Regional		0,00	0,00	D4113 Segurança Social		87,10	0,00
R515 Administração Local		436 607,73	436 607,73	D4114 Administração Regional		0,00	0,00
R52 Exterior - UE		0,00	0,00	D4115 Administração Local		0,00	0,00
R53 Outras		0,00	139 878,98	D413 Famílias		0,00	0,00
R6 Venda de bens e serviços		8 746 918,77	5 235 103,12	D414 Outras		0,00	0,00
R7 Outras receitas correntes		70 027,99	984 153,99	D42 Subsídios Correntes		0,00	0,00
Receita de capital		906 734,04	2 122 923,57	D5 Outras despesas correntes		122,50	129,93
R8 Venda de bens de investimento		80,64	221 439,89	Despesa de capital		302 988,60	135 811,29
R9 Transferências de Capital		583 381,50	1 476 869,02	D6 Aquisição de bens de capital		293 292,60	135 436,46
R91 Administrações Públicas		583 381,50	1 476 869,02	D7 Transferências e subsídios de capital		9 696,00	374,83
R911 Administração Central - Estado		500 000,00	0,00	D8 Outras despesas de capital		0,00	0,00
R912 Administração Central - Outras entidades		83 381,50	1 476 869,02	D9 Despesa com ativos financeiros		0,00	0,00
R913 Segurança Social		0,00	0,00				
R914 Administração Regional		0,00	0,00				
R915 Administração Local		0,00	0,00				
R92 Exterior - UE		0,00	0,00				
R93 Outras		0,00	0,00				
R10 Outras receitas de capital		88 103,78	88 103,78				
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos		235 168,12	336 510,88				
Receita efetiva [2]		11 759 100,42	12 063 164,01	Despesa efetiva [5]		1 950 737,69	2 167 438,18
Receita não efetiva [3]		0,00	0,00	Despesa não efetiva [6]		0,00	0,00
R12 Receita com ativos financeiros		0,00	0,00	D10 Despesa com ativos financeiros		0,00	0,00
R13 Receita com passivos financeiros		0,00	0,00	D11 Despesa com passivos financeiros		0,00	0,00
Receita total [4]=[1]+[2]+[3]		11 759 100,42	12 063 164,01	Despesa total [7]=[5]+[6]		1 950 737,69	2 167 438,18

3 Demonstrações Financeiras

3.1 Balanço Consolidado

RUBRICAS	Notas	TOTAL CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativos não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	3	510 432 643,84	508 743 625,40
Propriedades de Investimento	8	1 003 512,66	1 019 974,13
Ativos intangíveis	5	658 146,76	1 239 553,80
Participações financeiras	22	20 171 290,58	20 327 907,81
Outros Ativos financeiros		22 899,63	22 322,03
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios			
Diferimentos			
		532 288 493,47	531 353 383,17
Activo corrente:			
Inventários	10	1 777 289,65	1 382 380,42
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	9.18	500 000,00	1 538 526,93
Devedores por transferências e subsídios reembolsáveis			
Devedores por empréstimos bonificados	9.18	2 150,80	145 623,91
Clientes, contribuintes e utentes	9.18	7 336 352,94	3 152 952,49
Estado e outros entes públicos	23	883 846,11	342 017,26
Outras contas a receber	9.18	41 655 407,34	40 370 690,56
Diferimentos		661 614,36	544 916,25
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	23	66 444 192,00	65 769 172,35
		119 260 853,20	113 246 280,17
Total do Ativo		651 549 346,67	644 599 663,34
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	23	179 335 685,03	179 343 599,07
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas	23	39 517 952,17	39 517 952,17
Resultados transitados	23	307 443 293,61	300 213 956,95
Ajustamentos em ativos financeiros	23	5 305 699,05	5 378 250,77
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido	23	44 449 207,90	44 769 548,78
Resultado líquido do período		5 412 100,65	7 416 237,89
Interesses que não controlam		285 885,53	256 018,79
Total do Património Líquido		581 749 823,94	576 895 564,42
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	10 486 292,04	9 408 814,68
Financiamentos obtidos	7	11 889 866,36	14 613 700,58
Fornecedores de investimentos	18	69 200,00	74 000,00
Responsabilidade por benefícios pós-emprego			
Diferimentos	23	9 072 659,10	8 007 588,86
Outras contas a pagar	18	1 762 378,71	623 254,77
		33 280 396,21	32 727 358,89
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios concedidos		-	2 500,00
Fornecedores	18	1 742 256,53	1 470 212,87
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18	460 826,49	376 826,49
Estado e outros entes públicos	23	664 696,82	1 350 131,43
Financiamentos obtidos	7	2 781 394,69	3 513 665,08
Fornecedores de investimentos	18	77 049,58	77 906,84
Outras contas a pagar	18	14 679 530,82	12 778 175,29
Diferimentos	23	16 113 371,59	15 407 322,03
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		36 519 126,52	34 976 740,03
Total do passivo		69 799 522,73	67 704 098,92
Total do património líquido e passivo		651 549 346,67	644 599 663,34

3.2 Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Total consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021
Impostos e taxas	14	77 594 641,33	72 625 409,85
Vendas	13	12 157 881,86	11 699 125,52
Prestações de serviços	13	32 647 581,67	26 444 424,22
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	34 425 035,44	20 287 282,72
Variações nos inventários da produção			0,00
Trabalhos para a própria entidade			0,00
Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		-83 104,34	361 518,39
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-2 263 273,28	-2 862 019,53
Fornecimentos e serviços externos	23	-51 750 023,57	-36 656 911,58
Gastos com o pessoal	19	-63 155 159,44	-52 662 622,87
Transferências e subsídios concedidos	23	-18 783 676,66	-14 360 624,83
Prestações sociais		0,00	0,00
Imparidade de inventários(perdas/reversões)		2 323,88	0,00
Imparidade de dívidas a receber(perdas/reversões)	9	365 632,78	3 560 787,56
Provisões (aumentos/reduções)	15	-1 077 477,36	-2 036 105,97
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			0,00
Aumentos/reduções de justo valor			0,00
Outros rendimentos e ganhos	13/14/23	6 770 152,59	3 597 640,09
Outros gastos e perdas	23	-2 602 821,26	-3 282 397,98
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamentos		24 247 713,64	26 715 505,59
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3.5	-18 731 445,27	-19 088 391,67
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			0,00
Resultado operacional(antes de gastos de financiamentos)		5 516 268,37	7 627 113,92
Juros e rendimentos similares obtidos		77 148,93	82 757,34
Juros e gastos similares suportados		-177 529,46	-318 426,65
Resultado antes de impostos		5 415 887,84	7 391 444,61
Imposto sobre o rendimentos		-3 787,19	-4 026,90
Resultado líquido do período		5 412 100,65	7 387 417,71
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		5 423 514,21	7 416 237,89
Interesses que não controlam		-11 413,56	-28 820,18

3.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

Rubricas	Períodos	
	2022	2021
Fluxos de caixa das atividade operacionais		
Recebimentos de clientes	38 381 426,12	43 319 690,78
Recebimentos de contribuintes	69 363 292,65	62 648 929,77
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	34 363 277,10	20 229 717,40
Recebimentos de utentes	7 753 936,58	6 559 480,54
Pagamento a fornecedores	-53 463 428,94	-39 587 114,84
Pagamentos ao pessoal	-62 137 488,54	-51 379 810,67
Pagamentos de transferências e subsídios correntes	-18 580 206,45	-13 527 758,93
Caixa gerada pelas operações	15 680 808,52	28 263 134,05
Outros recebimentos/pagamentos	2 036 039,01	-2 300 950,93
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	17 716 847,53	25 962 183,12
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-20 748 572,35	-16 311 974,22
Ativos intangíveis	-469 423,00	-798 182,48
Propriedades de Investimento	-152 633,64	-927 367,52
Investimentos financeiros	-5 892,86	-6 344,49
Outros ativos	-388,72	-335,23
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	376 282,71	378 767,17
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Propriedades de Investimento	469 097,23	32,95
Investimentos financeiros	269 665,28	280 914,42
Outros ativos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	6 414 147,61	3 695 874,68
Transferências de capital	535 750,21	476 477,50
Juros e rendimentos similares	-86 414,91	74,30
Dividendos	69 830,92	78 145,22
Fluxos de caixa das actividades de investimentos (b)	-13 328 551,52	-13 133 917,70
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	376 537,94	1 251 333,67
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-3 955 942,05	-5 830 575,22
Juros e gastos similares	-122 729,92	-340 845,38
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	-11 655,12	-30,09
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	-3 713 789,15	-4 920 117,02
Variações de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	674 506,86	7 908 148,40
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	
Caixa e seus equivalentes no início do período	65 769 685,14	57 861 536,74
caixa e seus equivalentes no fim do período	66 444 192,00	65 769 685,14
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GÊRENCIA		
Caixa e seu equivalentes no início do período	65 769 685,14	57 861 536,74
(-)Equivalentes a Caixa no início do período	-12 000 000,00	-20 000 000,00
(-) Variações cambiais de caixa no início do período		
(=)Saldo da gerência anterior	53 769 685,14	37 861 536,74
De execução orçamental	50 748 218,68	34 778 882,26
De operações de tesouraria	3 021 466,46	3 082 654,48
Caixa e seus equivalentes no fim do período	66 444 192,00	65 769 685,14
(-)Equivalentes a Caixa no fim do período	0,00	-12 000 000,00
(-) Variações cambiais de caixa no fim do período		
(=)Saldo da gerência seguinte	66 444 192,00	53 769 685,14
De execução orçamental	63 516 492,51	50 748 218,68
De operações de tesouraria	2 927 699,49	3 021 466,46

3.4 Demonstração das Alterações do Património Líquido

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe											Interesses que não controlam	Total do Património líquido
		Capital/ Património Realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de Emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO [1]		179 343 599,07	0,00			39 517 952,17	300 213 956,95	5 378 250,77	0,00	44 769 548,78	7 416 237,89	576 639 545,63	256 018,79	576 895 564,42
ALTERAÇÃO NO PERÍODO [2]		-7 914,04	0,00	0,00	0,00	0,00	7 229 336,66	-72 551,72	0,00	-320 340,88	-7 416 237,89	-587 707,87	41 280,30	-546 427,57
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		0,00					158 273,25					158 273,25		158 273,25
Alterações de políticas contabilísticas		0,00										0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00										0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00								-3 635,30		-3 635,30		-3 635,30
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00										0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00										0,00		0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00								240 405,01		240 405,01		240 405,01
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-7 914,04					7 071 063,41	-72 551,72		-557 110,59	-7 416 237,89	-982 750,83	41 280,30	-941 470,53
Correção de erros materiais		0,00										0,00		0,00
		0,00	0,00											
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO [3]											5 412 100,65	5 412 100,65	-11 413,56	5 400 687,09
RESULTADO INTEGRAL [4]=[2]+[3]		-7 914,04	0,00	0,00	0,00	0,00	7 229 336,66	-72 551,72	0,00	-320 340,88	-2 004 137,24	4 824 392,78	29 866,74	4 854 259,52
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO [5]		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
											0,00	152 633,64	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO [6]=[1]+[2]+[3]+[5]		179 335 685,03	0,00	0,00	0,00	39 517 952,17	307 443 293,61	5 305 699,05	0,00	44 449 207,90	5 412 100,65	581 463 938,41	285 885,53	581 749 823,94

3.5 Contabilidade de Gestão

A contabilidade de gestão revela-se de extrema importância para o Grupo Municipal, uma vez que permite às várias entidades um maior rigor na gestão de recursos ao seu dispor, de modo a administrar de forma cada vez mais eficaz, eficiente e económica, tratando-se de um instrumento de gestão interna.

É possível através da contabilidade de gestão avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

Esta contabilidade vem completar a contabilidade orçamental e a contabilidade financeira, permitindo uma melhor gestão municipal em geral, e de cada unidade funcional, em particular.

O SNC–AP veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas através da NCP 27, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação.

No quadro seguinte apresentam-se os gastos apurados analiticamente.

Designação	Gasto Total
GASTOS FUNÇÕES GERAIS	118 996 231,63
ADMINISTRAÇÃO GERAL	117 733 056,66
EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	1 251 588,56
ELEIÇÕES E REFERENDOS	3 465,18
EDIFÍCIOS EM REGIME DE ALUGUER	4 339,79
PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	3 781,44
GASTOS FUNÇÕES SOCIAIS	7 421 957,55
ENSINO NÃO SUPERIOR	798 476,87
SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	3 076,59
SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	6 685,03
ACÇÃO SOCIAL	454 988,50
HABITAÇÃO	621 821,71
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	34 247,93
RESÍDUOS SÓLIDOS	1 339 131,82
PROTECÇÃO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	3 516 408,89
CULTURA	303 696,80
DESPORTO, RECREIO E LAZER	294 246,20
OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	49 177,21
GASTOS FUNÇÕES ECONÓMICAS	646 629,96
HORTAS MUNICIPAIS	2 909,89
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	353 777,81
MERCADOS E FEIRAS	179 924,81
TURISMO	46 456,45
APOIOS	12 268,29
ACTIVIDADES	51 292,71
GASTOS DE OUTRAS FUNÇÕES	2 572 517,33
OPERAÇÕES DA DÍVIDA AUTÁRQUICA	255 893,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	947 373,81
SERVIÇOS INTERNOS	49 914,16
SERVIÇOS EXTERNOS	7 436,07
ARMAZÉNS	48 880,57
PARQUE DE MÁQUINAS E VIATURAS	1 263 018,92
AJUSTAMENTOS INTERNOS DE IMPUTAÇÃO DE GASTOS	-2 626 092,14
TOTAL GASTOS CMALMADA	127 011 244,33
ATIVIDADE DESENVOLVIDA - SMAS	32 194 205,63
ATIVIDADE DESENVOLVIDA - WEMOB	3 284 402,40
ATIVIDADE DESENVOLVIDA - AGENEAL	117 102,37
ATIVIDADE DESENVOLVIDA - ARribatejo	275 454,46
ATIVIDADE DESENVOLVIDA - NOVA ALMADA VELHA	103 013,23
AJUSTAMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	-4 357 124,59
TOTAL GASTOS	158 628 297,83

No quadro seguinte apresentam-se os rendimentos apurados analiticamente.

Designação	Gasto Total
RENDIMENTOS FUNÇÕES SOCIAIS	15 391 014,43
EDUCAÇÃO	15 379 786,72
HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	99,19
SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	11 128,52
RENDIMENTOS FUNÇÕES ECONÓMICAS	363,83
COMÉRCIO E TURISMO	363,83
GERAIS - OUTROS POR IMPUTAR	116 238 104,90
TOTAL RENDIMENTOS CMALMADA	131 629 483,16
ATIVIDADE DESENVOLVIDA - SMAS	30 672 552,66
ATIVIDADE DESENVOLVIDA - WEMOB	3 307 169,08
ATIVIDADE DESENVOLVIDA - AGENEAL	63 371,01
ATIVIDADE DESENVOLVIDA - ARribATEJO	292 231,67
ATIVIDADE DESENVOLVIDA - NOVA ALMADA VELHA	82 713,62
AJUSTAMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	-2 007 122,72
TOTAL DE RENDIMENTOS	164 040 398,48

3.6 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nota 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

Com a entrada em vigor em 2020 para as autarquias, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado de 2019, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, passam a vigorar Normas de Contabilidade Pública (NCP), estabelecendo-se os normativos de consolidação de contas orçamental e financeiro, respetivamente na NCP 26 e NCP 22.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas regulamentada no SNC-AP pela NCP 22, sendo que ao nível das IPSAS a norma com maior relevância é a IPSAS 35 – Consolidated Financial Statements.

Atendendo à FAQ 18 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), os perímetros de consolidação orçamental e financeiro, não têm de ser coincidentes.

A identificação do perímetro de consolidação, tem subjacente a noção de controlo, pois considera-se que são incluídas no perímetro de consolidação as entidades controladas pela autarquia, definindo-se no artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro que : “O grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades”

Ainda, com referência ao artigo mencionado no parágrafo anterior, define-se que o controlo se afere pela verificação dos seguintes pressupostos referentes às seguintes entidades:

- Serviços municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respetivamente, total ou maioritária, atendendo, no último caso, ao critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

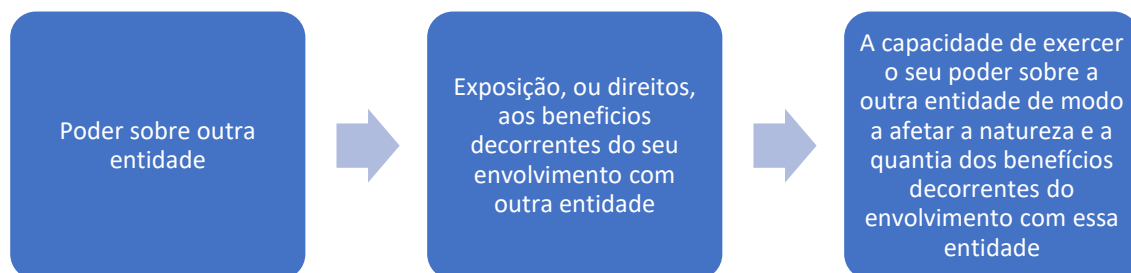
- De natureza empresarial, a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- De outra natureza, a sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado, com base, designadamente numa das seguintes condições:
 - De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;
 - De resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.

Considera-se adicionalmente que existe controlo, quando se verifique, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

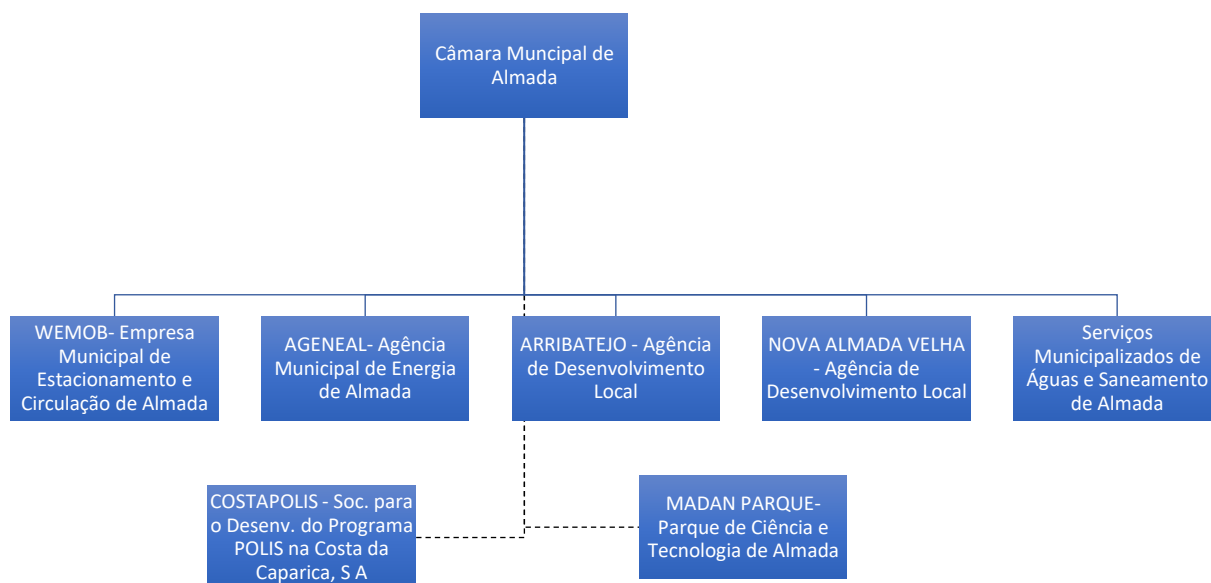
- A faculdade de vetar os orçamentos;
- A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.

Refere-se no mesmo artigo que “Devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços municipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.”.

A definição de controlo estabelecida na NCP 22 é mais restritiva e define que existe controlo quando se tem cumulativamente:



Considerando a definição do perímetro de controlo para efeitos consolidação financeira preconizado na NCP 22 e Lei 73/2013, de 3 de setembro, o perímetro de consolidação da Câmara Municipal de Almada (**Grupo Municipal**) é à data o seguinte:



Nota:

A tracejado encontram-se as entidades que não consolidam, mas que nos termos do normativo em vigor são contabilizadas pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP)

- No quadro seguinte apresentam-se as entidades nas quais a Câmara Municipal detém uma participação financeira, evidenciando-se a percentagem de participação e aquelas onde existe uma relação de domínio.

Tipo	Entidade	Percentagem de participação		Método de contabilização
		% detenção direta da CMA	% detenção no grupo	
Empresa privada participação minoritária	AMARSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S A	12,33%	12,33%	Custo
Empresa municipal	WeMob- Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M. S.A.	100,00%	100,00%	Consolidação
Empresa do setor empresarial do estado regime privado - influência significativa	COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A	40,00%	40,00%	MEP
Associação onde o grupo tem o controlo	NOVA ALMADA VELHA - Agência de Desenvolvimento Local	84,75%	84,75%	Consolidação
Associação onde o grupo tem o controlo	ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	61,73%	61,73%	Consolidação
Associação onde o grupo tem o controlo	AGENEAL- Agência Municipal de Energia de Almada	46,52%	72,57%	Consolidação
Serviços onde o grupo tem o controlo	SMAS- Serviços Municipalizados de água e Saneamento de Almada	100,00%	100,00%	Consolidação
Associação onde o grupo tem influência significativa	MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada	40,65%	40,65%	MEP
Associação onde o grupo não tem influência significativa	Associação Almascience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	16,67%	16,67%	Custo
Fundo onde o grupo não tem influência significativa	Fundo de Apoio Municipal	0,67%	0,67%	Custo

• Grupo autárquico para efeitos de consolidação

Entidade	Entidade incluída na consolidação financeira
AGENEAL- Agência Municipal de Energia de Almada	x
ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	x
NOVA ALMADA VELHA - Agência de Desenvolvimento Local	x
WeMob- Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M. S.A.	x
SMAS - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	x

A consolidação orçamental exclui a empresa Wemob dado que esta não se encontra reclassificada para efeitos de contabilidade nacional.

• Responsáveis pelas demonstrações consolidadas

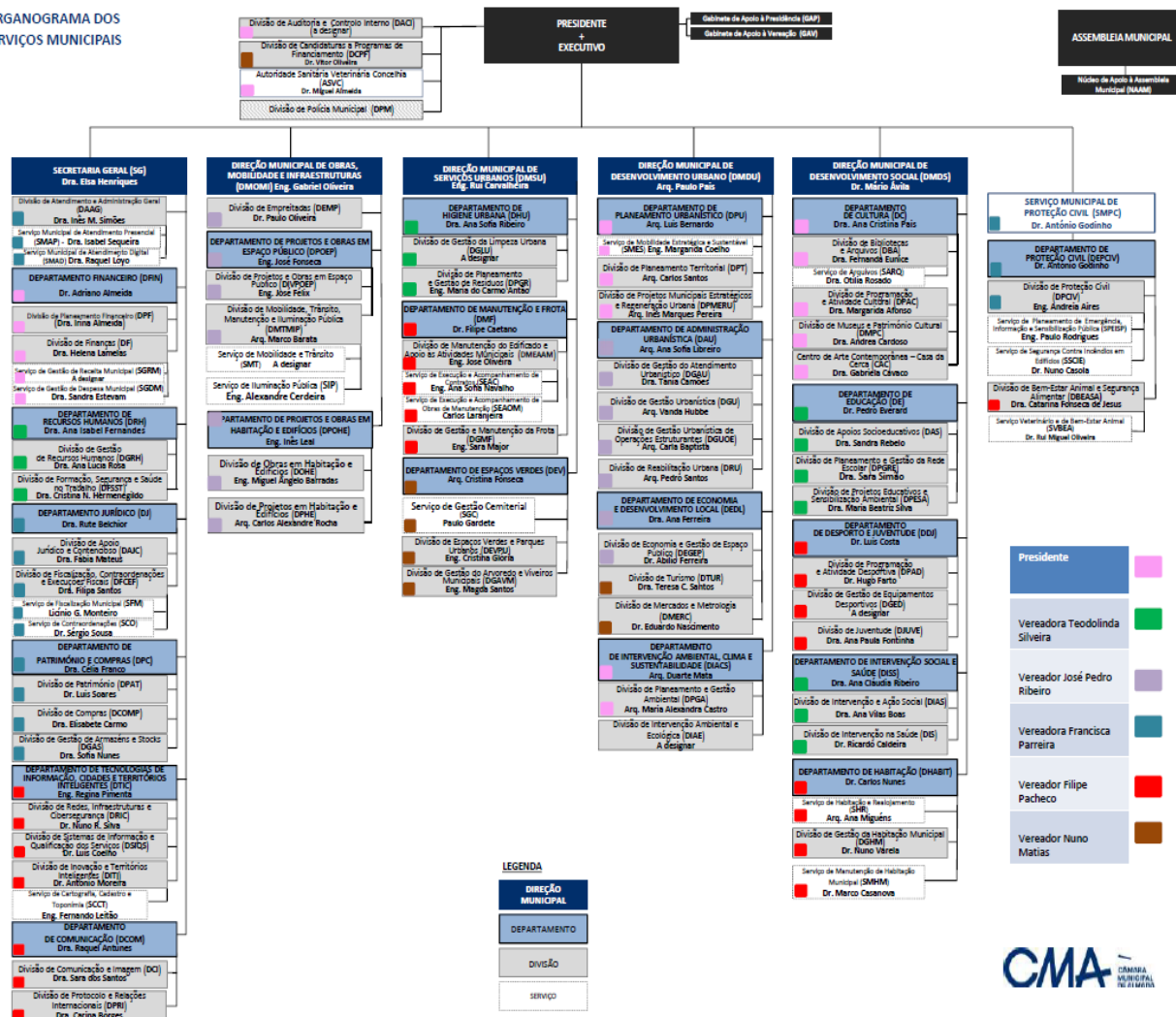
Entidade	Entidade incluída na consolidação financeira	Demonstrações orçamentais	Demonstrações financeiras
Elaboração	António Adriano - Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças	x	x
Apresentação e divulgação	Inês de Medeiros - Presidente da Câmara Municipal	x	x
Aprovação	Câmara Municipal	x	x
Apreciação	Assembleia Municipal	x	x

Apresenta-se de seguida a identificação de cada uma das entidades e responsáveis nominais pela preparação das respetivas demonstrações financeiras e orçamentais.

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE		
1.	Identificação	
1.1	Designação	Município de Almada
1.2	Contactos oficiais	
1.2.1	Endereço postal (arruamento, código postal e localidade)	Largo Luis de Camões - 2800-158 - Almada
1.2.2	Endereço de correio eletrónico	
1.2.3	Telefone	212724000
1.2.4	Endereço da página na internet	www.m.almada.pt
1.3	NIPC	500051054
1.4	Código de atividade económica (CAE)	
1.5	Missão/objeto social	Autarquia Local
1.6	No ano em apreço a entidade esteve	Em atividade
2.	Enquadramento	
2.1	Enquadramento no Sector Público	Administração Local
2.2	Forma jurídica / tipo societário	Associação pública
2.3	Para as entidades criadas ao abrigo do Código Civil/Código das Sociedades comerciais:	
2.3.1	Data da escritura de constituição / contrato de sociedade ou diploma de criação	(anexar no 1.º ano de prestação de contas da nova instrução)
2.3.2	Estatutos/acordos parasociais e respetivas alterações até ao ano n-1	(anexar no 1.º ano de prestação de contas da nova instrução)
2.3.3	Alterações aos estatutos / contrato de sociedade ou acordos parasociais ocorridas no ano em apreço	Não
2.4	É entidade pública reclassificada de acordo com as listas anuais do INE	Não
2.5	Em caso afirmativo, desde quando	
2.6	É entidade pública concedente?	Não
2.7	É entidade concessionária /subconcessionária (pública ou privada)?	Não
2.8	Período da concessão	
2.9	Natureza da concessão	
2.1	Sendo concessionária, identificação da empresa concedente	
3.	Recursos humanos	
3.1	Número total de trabalhadores no início do período do relato	1761
3.2	Número total de trabalhadores no fim do período do relato	2569
3.3	Número de colaboradores em regime de prestação de serviços no início do período do relato	47
3.4	Número de colaboradores em regime de prestação de serviços no fim do período do relato	54
3.5	Anexar quadro de pessoal do período do relato em apreço (quando aplicável)	
4	Regime e organização contabilística	
4.1	Referencial contabilístico utilizado	SNCAP
4.2	Subsistema aplicável	
4.3	Manual de procedimentos contabilísticos	Não
4.4	Existência de descentralização contabilística	Não
4.4	Em caso afirmativo, breve descrição da articulação com a contabilidade central	
5	Outras informações	
5.1	Existência de Manual/Regulamento/Normas de controlo interno	Sim
5.2	Identificar as normas de controlo interno de especial relevo em matéria de gestão administrativa e financeira/patrimonial	(anexar documento)
5.3	Estrutura organizacional	Diploma/regulamento
5.4	Organograma	Sim
5.5	Ações inspetivas ou de auditoria, levadas a efeito por órgãos de controlo interno e externo	Não
5.6	Ações de auditoria externa desenvolvidas por iniciativa dos órgãos da entidade	Não
5.7	Outras ações de auditoria não especificadas	Inspecção Geral de Finanças - Contratação Pública-Março 2017

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
MUNICÍPIO DE ALMADA			
Período de relato: 01-01-2022 a 31-12-2022			
1.	IDENTIFICAÇÃO		
	Designação	Município de Almada - Câmara Municipal de Almada	
	NIPC	500051054	
	Natureza	Autarquia Local	
	Endereço postal	Largo Luís de Camões	
	Telefone / Fax	21724000	
	Endereço de correio eletrónico	cab.presidencia@cma.m-almada.pt	
	Sítio na Internet	www.m-almada.pt	
	Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Consultiva	Sim ☐ Não ☒
	Organograma		
2.	LEGISLAÇÃO		
	Regime Financeiro	Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro	
	Regime Jurídico	Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro	
3.	PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE		
	Serviços Municipalizados	Sim ☒	Não ☐
	(Se a entidade assinalar que detém participações, deverá abrir uma linha para indicar qual a entidade e, dentro dessa linha, deverá ter a opção SIM/NÃO para responder se detém influência dominante sobre aquela entidade)	Influência dominante	
	Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	☒	☐
	Wemob - EM, SA	☒	☐
	Novalmadavelha - Agência de Desenvolvimento Local	☒	☐
	Arribatejo - Agência de Desenvolvimento Local	☒	☐
	Ageneal - Agência Municipal de Energia de Almada	☒	☐
	Costapolis - Sociedade para o Desenvolvimento Polis na Costa da Caparica, SA	☒	☐
	Assoc. Parque de Ciência e Tecnologia ALMADA/SETUBAL-MADAN PARQUE	☒	☐
	FAM - Fundo de Apoio Municipal	☒	☐
	Amarsul - Valorização e Tratamento de Resíduos, SA.	☒	☐
4.	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES		
	Atribuições e competências consignadas na legislação vigente		
5.	COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO		
5.1	IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO / CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
	Mandato de 2021 a 2025		
	Inês de Saint-Maurice Esteves de Medeiros Victorino de Almeida (PS)		
	Maria Teodolinda Montelero Silveira (PS)		
	José Pedro Ribeiro Gomes da Silva (PS)		
	Francisca Luis Baptista Parreira (PS)		
	Filipe Alexandre Pardal Pacheco (PS)		
	Maria das Dores Marques Banheiro Meira (CDU)		
	António José Sousa Matos (CDU)		
	José Luis Riço Bucho de Matos (CDU)		
	Helena Manuela Gil Azinheira (CDU)		
	Nuno Filipe Miragaia Matias (PSD)		
	Joana Rodrigues Mortágua (BE)		
5.2	NÚMERO DE VEREADORES (1)		
	Em regime de permanência.....	5	
	A meio tempo.....	5	
	Restantes vereadores.....	5	
5.3	NÚMERO DE ELEITORES		
	Até 10.000.....	5	
	Mais de 10.000 e menos de 40.000.....	5	
	Igual ou superior a 40.000.....	X	
6.	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA		
	As demonstrações financeiras foram preparadas pela primeira vez, com base no normativo contabilístico - SNC-AP		
7.	OUTRA INFORMAÇÃO		
7.1	AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)		
	Entidade fiscalizadora	Inspeção Geral de Finanças	
	Data da ação	Março de 2017	
	Período abrangido		
	Identificação da ação	Contratação Pública	
7.2	APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS		
	Órgão Executivo	Data de Aprovação	
	Órgão Deliberativo		
	Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar) (2)	20/07/2011	
	Regulamentos		
	Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	09/05/2012	
	Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de		
7.3	INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR		
	Órgão Executivo	Data de Aprovação	
	Órgão Deliberativo		
	1ª Revisão Orçamental	28/03/2022	
	2ª Revisão Orçamental	30/03/2022	
	Alteração Orçamental (n.º 6, do art.º 40º RFALEI)	19/12/2022	
7.4	INFORMAÇÃO RELATIVA A CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS		
	Identificação das entidades que compõem o Grupo Público		
	Wemob - EM, SA		
	Serviços Municipalizados de Água e Saneamento Almada		
	Ageneal - Agência Municipal de Energia de Almada		
	Novalmadavelha - Agência de Desenvolvimento Local		
	Arribatejo - Agência de Desenvolvimento Local		
7.5	DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		
	(Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)		
	- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais	Sim ☒	Não ☐
	- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das entidades intermunicipais	☒	☐
7.6	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS		
	(Art.º 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)		
	- Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias	Sim ☒	Não ☐
	- Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais	☒	☐
7.7	INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)		
	Sim Não		
	- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa[2]	☒	☐
	- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro	2569	
7.8	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO		
	Início do exercício	Fim do exercício	
7.9	A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)		
	Data da constituição		
	Entidades associadas existentes no fim do exercício		
	Informação sobre a existência de atividade/movimentos financeiros na gerência		
7.10	CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS		
	(a especificar)	Sim	Não
	- Concessionário	☒	☐
	- Objeto da concessão		
	- Data de celebração do contrato		
	- Período da concessão		
	- Natureza da concessão		
7.11	MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES		
	(a especificar)	Sim	Não
		☒	☐

ORGANOGRAMA DOS
SERVIÇOS MUNICIPAIS



Número de Vereadores:

Regime	Número de Vereadores
Em regime de permanência	5
A tempo parcial	1
Restantes Vereadores	5
Total	11

Relação nominal de responsáveis e/ou orçamental no período do relato:

Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade a)
Inês de Saint-Maurice Esteves de Medeiros Victorino de Almeida - PS	Presidente da Câmara	01/01/2022-31-12-2022
Maria Teodolinda Monteiro Silveira (PS)	Vereadora Regime Tempo Inteiro	01/01/2022-31-12-2022
José Pedro Ribeiro Gomes da Silva (PS)	Vereador Regime Tempo Inteiro	01/01/2022-31-12-2022
Francisca Luis Baptista Parreira (PS)	Vereadora Regime Tempo Inteiro	01/01/2022-31-12-2022
Filipe Alexandre Pardal Pacheco (PS)	Vereador Regime Tempo Inteiro	01/01/2022-31-12-2022
Nuno Filipe Miragaia Matias (PSD)	Vereador a Meio tempo	01/01/2022-31-12-2022
Maria das Dores Marques Banheiro Meira (CDU)	Vereadora	01/01/2022-31-12-2022
António José Sousa Matos (CDU)	Vereador	01/01/2022-31-12-2022
José Luis Riço Bucho de Matos (CDU)	Vereador	01/01/2022-31-12-2022
Helena Manuela Gil Azinheira (CDU)	Vereadora	01/01/2022-31-12-2022
Joana Rodrigues Mortágua (BE)	Vereadora	01/01/2022-31-12-2022

Participações detidas:

Entidades participadas	Influência dominante (sim/não)
AMARSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S A	não
AGENEAL- Agência Municipal de Energia de Almada	sim
ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	sim
COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A	não
MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada	não
NOVA ALMADA VELHA - Agência de Desenvolvimento Local	sim
WeMob- Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, E.M. S.A.	sim
SMAS - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	sim
Associação Almascience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	não

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
1. IDENTIFICAÇÃO			
Designação	Agência Municipal de Energia de Almada, AGENEAL		
NIPC	504329073		
Natureza	Associação privada sem fins lucrativos		
Endereço postal	Rua Bernardo Francisco da Costa, 44, 2800-029 ALMADA		
Telefone / Fax	925486886		
Endereço de correio eletrónico	ageneal@ageneal.pt		
Sítio na internet	www.ageneal.pt		
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Sim ☐	Não ☒	
Organograma	COLOCAR FOLHA EM ANEXO		
2. LEGISLAÇÃO			
Regime Financeiro			
Regime Jurídico			
3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (REFERIR QUAIS POR NIF, NOME E % DE PARTICIPAÇÃO)	Sim	Não	
Serviços Municipalizados		x	
Serviços Intermunicipalizados		x	
Entidades Intermunicipais		x	
Entidades Associativas Municipais		x	
Empresas Locais		x	
Empresas Participadas		x	
Cooperativas		x	
Fundações		x	
Entidades de outra natureza		x	
4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES			
Promoção da eficiência energética para a descarbonização de Almada			
5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
Presidente: Inês de Medeiros (CMA), Administrador-Delegado: Duarte Mata (CMA), Vogais do Conselho de Administração: Luís Silva (ADENE), José Alves Alferes (ECT NOVA), António Leal Sanches (E-REDES)			
5.2 NÚMERO DE VOGAIS / ADMINISTRADORES / GERENTES			
Em regime de permanência.....0			
A meio tempo.....0			
Restantes membros.....			
6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA (DESCREVER OS SISTEMAS DE CONTABILIDADE)			
7. OUTRA INFORMAÇÃO			
7.1 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)			
Entidade fiscalizadora			
Data da ação			
Período abrangido			
Identificação da ação			
7.2 APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS	Data de Aprovação		
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo	
Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar) (2)			
Regulamentos			
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações			
Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos			
7.3 INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR	Data de Aprovação		
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo	
Revisão Orçamental			
Alteração Orçamental			
7.7 INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)	Sim	Não	
- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados	☒	☐	
- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro		2	
7.8 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	Início do exercício	Fim do exercício	
	30	30	
7.9 A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)			
- Data da constituição: 30 de março de 1999			
- Entidades associadas existentes no fim do exercício (IDENTIFICAR)			
CMA, ADENE, AMARSUL, E-REDES, FCT NOVA, FERTAGUS, IPQ, IPS, Madan Park, MTS, OZ Energia, Galp Energia/Setgás, SMAS de Almada, SOVENA, TRANSTEJO, TST, WEMOB			
7.10 CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS	Sim	Não	
(a especificar)	☒	☐	
- Concessionário			
- Objeto da concessão			
- Data de celebração do contrato			
- Período da concessão			
- Natureza da concessão			
Nota: No caso da entidade ser concedente no âmbito de vários contratos, deverá apresentar uma quadro com a informação prevista, por cada contrato			

Relação nominal de responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período de relato

AGENEAL		
Período de relato: 01-01-2022 a 31-12-2022		
Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade
Inês de Medeiros	Presidente do Conselho de Administração	01/01/2022 a 31/12/2022
Duarte Mata	Administrador Delegado	24/05/2022 a 31/12/2022
Vrigilio Machado	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2022 a 11/11/2022
José Alves Aferes	Vogal do Conselho de Administração	11/11/2022 a 31/12/2022
António Leal Sanches	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2022 a 31/12/2022
Luis Silva	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2022 a 31/12/2022
PME Negócios - Isabel Adão, Consultores Contabilidade e Gestão, Lda	Serviços Externos CC (Isabel Adão)	01/01/2022 a 31/12/2022

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE - 2022			
1. IDENTIFICAÇÃO			
Designação	ARRIBATEJO AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL		
NIPC	504 974 696		
Natureza	ASSOCIAÇÃO DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS		
Endereço postal	2800-125 ALMADA		
Telefone / Fax	212736380		
Endereço de correio eletrónico	AFILPE@ARRIBATEJO.COM		
Sítio na internet			
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Sim	☒	Não ☐
Organograma	COLOCAR FOLHA EM ANEXO		
2. LEGISLAÇÃO			
Regime Financeiro			
Regime Jurídico	ASSOCIAÇÃO		
3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (REFERIR QUAIS POR NIF, NOME E % DE PARTICIPAÇÃO)		Sim	Não
Serviços Municipalizados DE ALMADA 61,73%		X	
Serviços Intermunicipalizados			
Entidades Intermunicipais		X	
Entidades Associativas Municipais			
Empresas Locais			
Empresas Participadas			
Cooperativas			
Fundações			
Entidades de outra natureza		X	
4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES			
A entidade desenvolve atividades integradas da via de Costa de Caparica, (...) através de ações e projetos que envolvam os diversos setores, nomeadamente as áreas de educação, cultura, saúde, desporto, lazer e turismo.			
5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
5.2 NÚMERO DE VOGAIS / ADMINISTRADORES / GERENTES			
Em regime de permanência.....			
A meio tempo.....			
Restantes membros.....			
6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA (DESCREVER OS SISTEMAS DE CONTABILIDADE)			
SNC-AP			
7. OUTRA INFORMAÇÃO			
7.1 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)			
Entidade fiscalizadora	AMÁVEL CALHAU & ASSOCIADOS		
Data da ação	15/02/2022		
Período abrangido	01-01-2022 A 31-12-2022		
Identificação da ação	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS		
7.2 APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS		Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar) (2)			
Regulamentos			
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações			
Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos			
7.3 INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR		Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Revisão Orçamental			
Alteração Orçamental			
7.7 INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)		Sim	Não
- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados		☒	☐
- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro			11
7.8 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO		Início do exercício	Fim do exercício
		15 DIAS	15 DIAS
7.9 A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)			
Data da constituição 26.01.2011			
Entidades associadas existentes no fim do exercício CMA, CTSALIMENTAR, JFCOSTA DE CAPARICA, UF CAPARICA TRAFARIA, UF SOBREDA CHARNECA DE CAPARICA E ERLISBOA			
7.10 CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS			
(a especificar)		Sim	Não
- Concessionário		☐	☐
- Objeto da concessão			
- Data de celebração do contrato			
- Período da concessão			
- Natureza da concessão			
Nota: No caso da entidade ser concedente no âmbito de vários contratos, deverá apresentar uma quadro com a informação prevista, por cada contrato			

Relação nominal de responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período de relato

ARRIBATEJO		
Período de relato: 01-01-2022 a 31-12-2022		
Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade
Inês de Medeiros (CMA)	Presidente do Conselho de Administração	01/01/2022 a 31/12/2022
Teresa Sanches (CMA)	Administradora Delegada	01/01/2022 a 31/08/2022
Ana Rita Ferreira (CMA)	Administradora Delegada	13/09/2022 a 31/12/2022
ADA - Agência de Documentação Almada	Serviços Externos CC	01/01/2022 a 31/12/2022

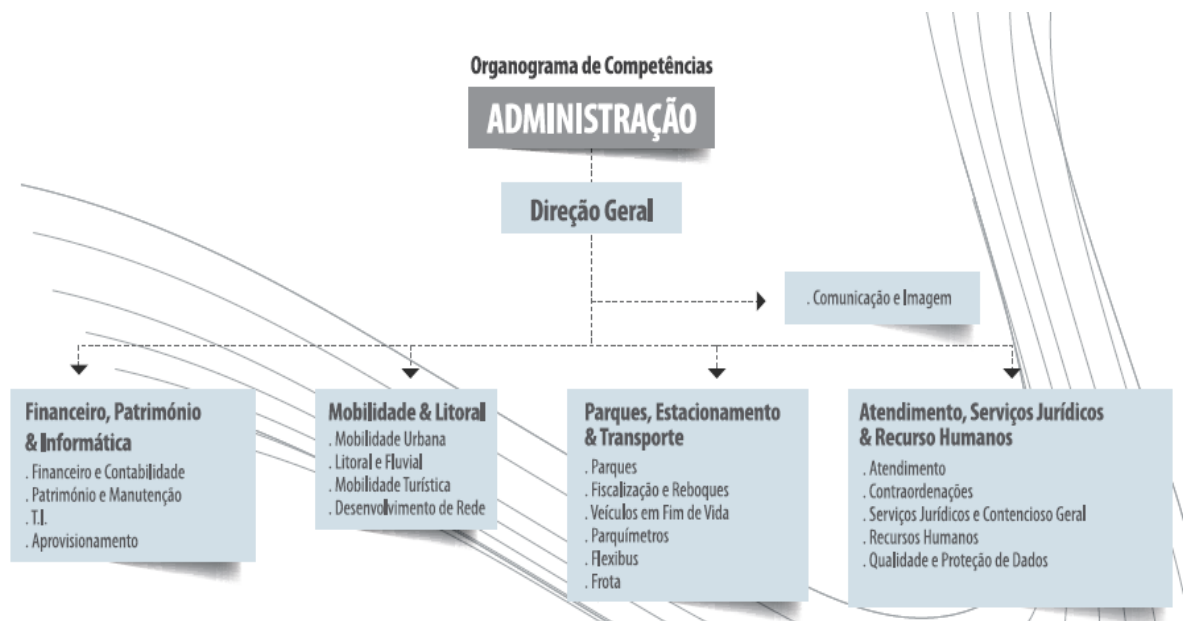
CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
1.	IDENTIFICAÇÃO		
	Designação	NOVALMADAVELHA AGÊNCIA DE CESENVOLVIMENTO LOCAL	
	NIPC	504974688	
	Natureza	ASSOCIAÇÃO DE DIREIRO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS	
	Endereço postal	2800-125 ALMADA	
	Telefone / Fax	212736380	
	Endereço de correio eletrónico	INFO@NOVALMADAVELHA.PT	
	Sítio na internet		
	Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Sim ☒	Não ☐
	Organograma	COLOCAR FOLHA EM ANEXO	
2.	LEGISLAÇÃO		
	Regime Financeiro		
	Regime Jurídico	ASSOCIAÇÃO	
3.	PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (REFERIR QUAIS POR NIF, NOME E % DE PARTICIPAÇÃO)	Sim	Não
	Serviços Municipalizados	X	
	Serviços Intermunicipalizados		
	Entidades Intermunicipais	X	
	Entidades Associativas Municipais		
	Empresas Locais		
	Empresas Participadas		
	Cooperativas		
	Fundações		
	Entidades de outra natureza	X	
4.	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES		
	Potenciar o desenvolvimento integrado da cidade de Almada, (...) através de ações e projetos que envolvam os diversos agentes, nomeadamente nos domínios do património cultural e natural, do lazer e do turismo, da animação urbana, da formação profissional e		
5.	COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO		
5.1	IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO		
	Inês de Medeiros (CMA), Ana Rita Ferreira (CMA), José Júlio Alferes (FCT/UNL), Gonçalo Paulino (ACIST), Assis D'Almeida (UJF Cova da Piedade, Cacilhas e Pragal), Fernando Paiva (Santuário Cristo Rei), Rui Gouveia (Seminário Maior de São Paulo)		
5.2	NÚMERO DE VOGAIS / ADMINISTRADORES / GERENTES		
	Em regime de permanência.....		
	A meio tempo.....		
	Restantes membros.....		
6.	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA (DESCREVER OS SISTEMAS DE CONTABILIDADE)		
	SNC-AP		
7.	OUTRA INFORMAÇÃO		
7.1	AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)		
	Entidade fiscalizadora	AMÁVEL CALHAU & ASSOCIADOS	
	Data da ação	16/03/2022	
	Período abrangido	01-01-2022 A 31-12-2022	
	Identificação da ação	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	
7.2	APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS	Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar) (2)		
	Regulamentos		
	Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações		
	Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos		
7.3	INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR	Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	Revisão Orçamental		
	Alteração Orçamental		
7.7	INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)	Sim	Não
	- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados	X	
	- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro		
7.8	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	Início do exercício	Fim do exercício
7.9	A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)		
	- Data da constituição		
	- Entidades associadas existentes no fim do exercício (IDENTIFICAR)		
7.10	CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS	Sim	Não
	(a especificar)	X	
	- Concessionário		
	- Objeto da concessão		
	- Data de celebração do contrato		
	- Período da concessão		
	- Natureza da concessão		

Nota:
No caso da entidade ser concedente no âmbito de vários contratos, deverá apresentar uma quadro com a informação prevista, por cada contrato

Relação nominal de responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período de relato

NOVALMADAVELHA		
Período de relato: 01-01-2022 a 31-12-2022		
Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade
Inês de Medeiros (CMA)	Presidente do Conselho de Administração	01/01/2022 a 31/12/2022
Teresa Sanches (CMA)	Administradora Delegada	01/01/2022 a 31/08/2022
Ana Rita Ferreira (CMA)	Administradora Delegada	13/09/2022 a 31/12/2022
ADA - Agência de Documentação Almada	Serviços Externos CC	01/01/2022 a 31/12/2022

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
1.	IDENTIFICAÇÃO		
	Designação	WEMOB, EM SA	
	NIPC	507001206	
	Natureza	Empresa Municipal	
	Endereço postal	2800-208 Almada	
	Telefone / Fax	212743918	
	Endereço de correio eletrónico	geral@wemob.pt	
	Sítio na internet	www.wemob.pt	
	Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Sim	Não ☒
	Organograma	COLOCAR FOLHA EM ANEXO	
2.	LEGISLAÇÃO		
	Regime Financeiro	SNC	
	Regime Jurídico	Código das Sociedades Comerciais - Direito Privado	
3.	PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (REFERIR QUAIS POR NIF, NOME E % DE PARTICIPAÇÃO)	Sim	Não
	Serviços Municipalizados		x
	Serviços Intermunicipalizados		x
	Entidades Intermunicipais		x
	Entidades Associativas Municipais		x
	Empresas Locais		x
	Empresas Participadas NIPC 504329073 AGENEAL 0,38%	x	
	Cooperativas		x
	Fundações		x
	Entidades de outra natureza		x
4.	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES		
	Como é muito extenso, indica-se código da Certidão Permanente 7841-1566-2859		
5.	COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO		
5.1	IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO		
	Presidente : Ana Luisa Lima Ferreira		
	Vogal : Hélio Jorge Ferreira dos Anjos		
	Vogal : Filipe Alexandre Pardal Pacheco		
5.2	NÚMERO DE VOGAIS / ADMINISTRADORES / GERENTES		
	Em regime de permanência.....	1	
	A meio tempo.....	0	
	Restantes membros.....	2	
6.	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA (DESCREVER OS SISTEMAS DE CONTABILIDADE)		
	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)		
7.	OUTRA INFORMAÇÃO		
7.1	AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)		
	Entidade fiscalizadora		
	Data da ação		
	Período abrangido		
	Identificação da ação		
7.2	APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS	Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar) (2)		
	Regulamentos		
	Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações		
	Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de		
7.3	INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR	Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	Revisão Orçamental		
	Alteração Orçamental		
7.7	INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)	Sim	Não
	- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa[2]	☐	☒
	- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro		
7.8	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	Início do exercício	Fim do exercício
		60 dias	42 dias
7.9	A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)		
	- Data da constituição		
	- Entidades associadas existentes no fim do exercício (IDENTIFICAR)		
7.10	CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS	Sim	Não
	(a especificar)	☐	☒
	- Concessionário	Nota: No caso da entidade ser concedente no âmbito de vários contratos, deverá apresentar uma quadro com a informação prevista, por cada contrato	
	- Objeto da concessão		
	- Data de celebração do contrato		
	- Período da concessão		
	- Natureza da concessão		

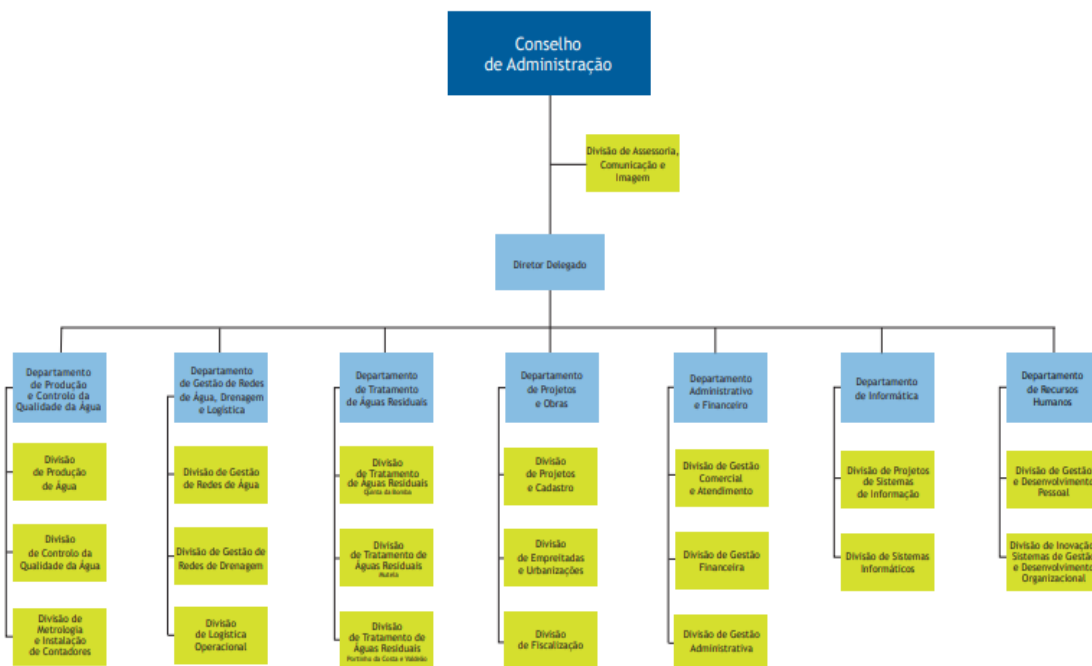


Relação nominal de responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período de relato

WEMOB		
Período de relato: 01-01-2022 a 31-12-2022		
Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade
Ana Luísa Lima Ferreira	Presidente do Conselho de Administração	01-01-2022 a 31-12-2022
Filipe Alexandre Pardal Pacheco	Vogal	01-01-2022 a 31-12-2022
Hélio Jorge Ferreira dos Anjos	Vogal	01-01-2022 a 31-12-2022

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
1.	IDENTIFICAÇÃO		
	Designação	Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	
	NIPC	680017763	
	Natureza	Entidade municipal dotada de autonomia administrativa e financeira	
	Endereço postal	Praceta Ricardo Jorge, 2 A Pragal ALMADA	
	Telefone / Fax	212726000	
	Endereço de correio eletrónico	geral@smasalmada.pt	
	Sítio na internet	www.smasalmada.pt	
	Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Sim ☒	Não ☐
	Organograma	COLOCAR FOLHA EM ANEXO	
2.	LEGISLAÇÃO		
	Regime Financeiro	Lei 73/2013 3 de Setembro	
	Regime Jurídico	DL 194/2009 20 de Agosto	
3.	PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (REFERIR QUAIS POR NIF, NOME E % DE PARTICIPAÇÃO) PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (REFERIR QUAIS POR NIF, NOME E % DE PARTICIPAÇÃO)		
	Serviços Municipalizados	Sim	Não
	Serviços Intermunicipalizados		x
	Entidades Intermunicipais		x
	Entidades Associativas Municipais		x
	Empresas Locais		x
	Empresas Participadas		x
	Cooperativas		x
	Fundações		x
	associação privada sem fins lucrativos	ageneal nif 504329073	
4.	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES		
	Abastecimento de água e o tratamento de águas residuais.		
5.	COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO		
5.1	IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO		
	Jose Pedro Ribeiro Gomes da Silva, Maria teodolinda Monteiro Silveira e Nuno Filipe Miragaia Matias		
5.2	NÚMERO DE VOGAIS / ADMINISTRADORES / GERENTES		
	Em regime de permanência.....		
	A meio tempo.....		
	Restantes membros.....		
6.	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA (DESCREVER OS SISTEMAS DE CONTABILIDADE)		
	Snc-ap - DL 192/2015 de 11 de Setembro e DL 85/2016 de 21 de Setembro		
7.	OUTRA INFORMAÇÃO		
7.1	AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)		
	Entidade fiscalizadora		
	Data da ação		
	Período abrangido		
	Identificação da ação		
7.2	APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS	Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar) (2)	12/01/16	
	Regulamentos		
	Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	13/06/18	
	Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos		
7.3	INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR	Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	Revisão Orçamental	28/04/23	29/04/23
	Alteração Orçamental		
7.7	INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)	Sim	Não
	- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram obs	☐	☐
	- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro		461
7.8	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	Início do exercício	Fim do exercício
		30	30
7.9	A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)		
	- Data da constituição		
	- Entidades associadas existentes no fim do exercício (IDENTIFICAR)		
7.10	CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/ OBRAS PÚBLICAS	Sim	Não
	(a especificar)	☐	☐
	- Concessionário		
	- Objeto da concessão		
	- Data de celebração do contrato		
	- Período da concessão		
	- Natureza da concessão		
	Nota: No caso da entidade ser concedente no âmbito de vários contratos, deverá apresentar uma quadro com a informação prevista, por cada contrato		

Anexo III
Organograma da Macroestrutura
Estruturas Nuclear e Flexível dos Serviços Municipalizados



Relação nominal de responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período de relato

SMAS		
Período de relato: 01-01-2022 a 31-12-2022		
Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade
José Pedro Ribeiro	Presidente do Conselho de Administração	01/01/2022 a 31/12/2022
Jorge Barroso	Diretor Delegado	01/01/2022 a 31/12/2022
Luís Gonçalves	Chefe Departamento DAF	01/01/2022 a 31/12/2022
Ana Santos	Chefe Divisão DAF	01/01/2022 a 31/12/2022

Nota 2 –Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

As Demonstrações financeiras consolidadas apresentadas correspondem às primeiras Demonstrações financeiras consolidadas preparadas em conformidade com o SNC-AP.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira, alterações à posição financeira, a sua performance financeira e os seus fluxos de caixa.

Uma apresentação verdadeira e apropriada requiere que seja feita uma representação fidedigna dos efeitos das transações, de outros eventos, e das condições no que respeita ao reconhecimento dos ativos, passivos, rendimentos e gastos, de acordo com o previsto no SNC-AP.

À data a Câmara Municipal de Almada tem implementadas todas as Normas de Contabilidade Públicas que lhe são aplicáveis nas demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o referencial contabilístico, divulga-se informação referente às quantias disponíveis em caixa e depósitos.

Conta	CONSOLIDADO	
Caixa		56 583,08
Depósitos à ordem		64 887 608,92
Depósitos à ordem no Tesouro	999 568,56	
Depósitos à ordem à ordem	63 888 040,36	
Outros depósitos		1 500 000,00
Depósitos a prazo		0,00
Depósitos consignados		0,00
Depósitos de garantias e cauções		0,00
Total		66 444 192,00

Conciliação de Caixa e Bancos com saldo de gerência	
Saldo de Gerência da Demonstração consolidada do desempenho orçamental	64 707 846,85
Orçamental	61 780 147,36
Tesouraria	2 927 699,49
Saldo orçamental da WEMOB (não incluída no perímetro de consolidação orçamental)	268 105,69
Saldo Gerência da Demonstração dos Fluxos de Caixa (inclui WEMOB)	64 975 952,54
Orçamental	62 048 253,05
Tesouraria	2 927 699,49
Caixa e depósitos bancários (Balanço)	66 444 192,00

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação. Por aplicação da opção prevista do manual de implementação do SNC-AP, aprovado pela Comissão de Normalização Contabilística.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Sempre que possível e quando relevante, é apresentada informação comparativa com respeito ao período anterior.

A consistência das demonstrações financeiras consolidadas, procura ser efetuada tanto ao nível dos movimentos contabilísticos e políticas contabilísticas, como também pela apresentação e divulgação.

Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras consolidadas, os itens de natureza ou função dissemelhante são apresentados separadamente, exceto quando imateriais.

Tanto os ativos e passivos, como os rendimentos e gastos, não são sujeitos a compensação, exceto quando exigível por aplicação de uma NCP.

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a CMA, continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Euro, constituindo esta a moeda funcional de apresentação.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à CMA ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, incluem bens do domínio público e privado, utilizados na atividade municipal, prestação de serviços ou no uso administrativo, e são registados ao custo de aquisição, o qual inclui não só o custo de compra, mas também eventuais custos necessários para colocar os ativos operacionais.

As depreciações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com a finalidade pretendida, pelo método das quotas constantes, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e de acordo com as regras estabelecidas no Classificador Complementar 2, incluído no Plano de Contas Multidimensional do SNC-AP, mantendo-se a vida útil dos bens adquiridos previamente à entrada em vigor do SNC-AP nos termos definidos na Portaria 671/2000, de 17 de abril (CIBE), exceto para edifícios e outras construções.

Os ativos titulados pela Wemob, que não está sujeita ao SNC-AP na preparação das suas demonstrações financeiras individuais, não utiliza o Classificador Complementar 2, contudo dado o escasso valor desses ativos e do facto das vidas uteis serem essencialmente idênticas, não se considerou relevante alterar a vida útil dos ativos.

Os terrenos atendendo à sua natureza não são depreciables.

Os bens adquiridos em regime de locação financeira, são depreciados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil dos mesmos.

O valor residual considerado é nulo, pelo que o valor depreciable, sobre o qual incidem as amortizações, corresponde ao respetivo custo de aquisição. O gasto com depreciações é reconhecido na Demonstração de Resultados, na rubrica de Gastos de Depreciação e Amortização. Os gastos de reparação e manutenção, são considerados como gastos no período em que ocorrem.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um bem (calculado como a diferença entre o valor de venda, menos os custos da venda e o valor contabilístico), é incluído no resultado do exercício, no ano em que o ativo é desreconhecido.

De acordo com o estabelecido no manual de implementação do SNC-AP, o justo valor dos imóveis do domínio privado é o seu Valor Patrimonial Tributário.

Os bens recebidos no âmbito de operações urbanísticas, quando identificado o seu justo valor, são considerados por esse montante na definição da mensuração inicial, sendo rendimento imputado ao exercício económico em que o bem é recebido.

Incluem-se em Ativos Fixos tangíveis, os bens titulados pelo Grupo Municipal, mas cedidos a terceiros em comodato ou direito de superfície, dado que a autarquia mantém o controlo quanto ao seu uso.

Os bens concessionados a terceiros, como os referentes à rede de iluminação, são considerados ativos fixos tangíveis, por aplicação dos critérios de reconhecimento da NCP 4.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os ativos intangíveis com vida útil finita, são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade, sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade. Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual, são revistos no final de cada ano, e os efeitos dessas possíveis alterações são tratados como alterações de estimativas, de forma prospetiva.

A imparidade dos ativos intangíveis, é calculada com os mesmos critérios descritos no ponto anterior, relativamente aos ativos fixos tangíveis. As taxas de amortização têm em conta a depreciação do ativo durante a sua vida útil esperada.

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, são bens com duração superior a um ano, que se destinam a obter rendas e ou valorização do capital investido.

Considera-se apenas que um ativo é propriedade de investimento, quando gera fluxos de caixa largamente independentes dos outros ativos detidos pela autarquia.

Os imóveis detidos para arrendamento social, estão reconhecidos como ativos fixos tangíveis, por terem uma função social.

O critério de mensuração inicial e subsequente é idêntico ao dos ativos fixos tangíveis.

Investimentos financeiros

As participações em entidades são reconhecidas inicialmente pelo custo.

As participações onde exista influência dominante ou significativa são reconhecidas posteriormente pelo método da equivalência patrimonial.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

São anualmente calculadas as imparidades referentes às participações e refletido o eventual ajustamento de imparidade no resultado do período.

Não existem participações em entidades registadas pelo justo valor.

Diferimentos

Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de Diferimentos do Passivo e do Ativo, respetivamente.

Clientes, contribuintes e utentes, e outras contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade.

Encontra-se refletido na rubrica de outras contas a receber, os acréscimos de rendimentos que são reconhecimentos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos.

Tem especial relevo na rubrica de outras contas a receber o acréscimo de rendimentos relacionado com a especialização do Imposto Municipal s/Imóveis cuja liquidação ocorre no exercício económico seguinte, mas referente ao imposto do ano corrente.

A imparidade das contas a receber, incluindo clientes, contribuintes e utentes, é estabelecida quando há evidência objetiva de que o Grupo Municipal não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Encontram-se evidenciados em inventários os bens destinados a ser utilizados na prestação de serviços da autarquia e bens destinados a venda no ciclo normal da atividade.

Anualmente são apuradas imparidades para bens cujo valor realizável é inferior ao custo, ou quando o bem não se encontra nas condições esperadas para a sua utilização na prestação de serviços.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo ou custo amortizado. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo, pelo valor nominal recebido e líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui encargos financeiros, e calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

A conta inclui também os financiamentos relativos a locações financeiras, os quais estão registados ao custo.

Os contratos de locação financeira são classificados como:

- Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.
- A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância e não da forma do contrato.
- Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo-se no Balanço o ativo adquirido e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual.
- Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas, e a valorização das propriedades de investimento ou as amortizações do imobilizado corpóreo, são reconhecidos na Demonstração de Resultados do exercício a que respeitam.

Os juros de empréstimos destinados ao financiamento de empreitadas são considerados como custo do ativo fixo tangível enquanto decorre a obra, enquanto a mesma decorre dentro do período normal calendarizado.

Fornecedores, Fornecedores de investimentos e outras contas a pagar

Os saldos são incluídos nestas rubricas apenas quando o Grupo Municipal se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo os mesmos mensurados inicialmente pelo justo valor e subsequentemente pelo custo ou custo amortizado.

Encontram-se também refletidos na rubrica de outras contas a pagar saldos referentes a acréscimos de gastos.

Provisões

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que o Grupo Municipal racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes, nomeadamente do mandatário judicial.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos

incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras consolidadas 'desse período.

As provisões constituídas correspondem essencialmente a processos judiciais e apuradas com base em relatório dos advogados do município responsáveis pelas ações judiciais, que definem o valor esperado da ação e dão a sua opinião quanto à probabilidade de desfecho desfavorável para o Grupo Municipal.

Foram também apuradas provisões para fazer face a pagamentos futuros de acidentes de trabalho, sendo a estimativa efetuada de acordo com as tábuas de mortalidade.

Outras variações de capitais próprios

Inclui-se nesta rubrica essencialmente o reconhecimento de subsídios ao investimento e das verbas atribuídas como capital pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro (apenas após 2020), referentes a investimento já concluído e que são reconhecidos em resultados na medida em que se deprecia o bem para o qual se destinou o apoio.

Rendimentos

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços e dos subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração de Resultados, com referência à data da prestação de serviços

e, à data do Balanço, são reconhecidos líquidos de impostos, de descontos e de outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os juros e ganhos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

O rendimento de impostos e taxas é reconhecido na data em que o direito é adquirido e quando é possível realizar estimativa fiável do mesmo.

Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos funcionários e membros dos órgãos autárquicos, independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor, os funcionários na sua generalidade, têm direito a férias e subsídio de férias, no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado.

Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte. Este montante foi reconhecido na rubrica Outras Contas a Pagar na sub-rubrica de Remunerações a Liquidar.

Juros e gastos similares

Os gastos com financiamento são reconhecidos na Demonstração de Resultados consolidada do período a que respeitam, e incluem os juros suportados com esses financiamentos, exceto quando o financiamento se destine a obras ainda em curso.

Subsídios e transferências correntes

Os subsídios e transferências obtidas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que venham a ser recebido e de que a autarquia cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos na rubrica outras variações no património líquido. São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração e transferências correntes destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento.

Pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível da sua atividade.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço só são considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo as demonstrações financeiras consolidadas.

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

Nota 3 –Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente programas informáticos diferenciados do computador.

A depreciação dos ativos intangíveis é realizada pelo método da linha reta.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e quando não definida em análise particular, são aplicadas as seguintes de forma genérica:

	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador e sistemas de informação
Taxas de depreciação	33,33%	33,33%
Métodos de depreciação	Linha reta	Linha reta

No quadro seguinte resumem-se as variações ocorridas em ativos intangíveis:

Rubrica	Designação	CONSOLIDADO									
		Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições	
	Ativos Intangíveis	1 239 553,80	127 528,27	0,00	0,00	0,00	0,00	-456 178,73	0,00	-252 756,58	658 146,76
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI2	Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI3	Projetos de desenvolvimento	34 893,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-13 833,07	0,00	0,00	21 059,93
AI4	Programas de computador e sistemas de informação	1 152 689,55	124 016,03	39 496,00	0,00	0,00	0,00	-442 345,66	0,00	-252 756,58	621 099,34
AI5	Propriedade industrial e intelectual	0,00	3 512,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 512,24
AI6	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI7	Ativos intangíveis em curso	51 971,25	0,00	-39 496,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12 475,25
	TOTAL	1 239 553,80	127 528,27	0,00	0,00	0,00	0,00	-456 178,73	0,00	-252 756,58	658 146,76

Detalham-se no quadro seguinte as adições e diminuições ocorridas em ativos intangíveis:

Aumentos

Rubrica	Designação	CONSOLIDADO									
		Adições									
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	Ativos Intangíveis	0,00	127 528,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127 528,27
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI2	Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI3	Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI4	Programas de computador e sistemas de	0,00	124 016,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124 016,03
AI5	Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI6	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI7	Ativos intangíveis em curso	0,00	3 512,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 512,24
	TOTAL	0,00	127 528,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127 528,27

Diminuições

Rubrica	Designação	CONSOLIDADO				
		Diminuições				
		Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	-252 756,58	-252 756,58
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI2	Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI3	Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI4	Programas de computador e sistemas de	0,00	0,00	0,00	-252 756,58	-252 756,58
AI5	Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI6	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI7	Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	-252 756,58	-252 756,58

Nota 4 –Acordos de concessão de serviços: Concedente

Atualmente o Grupo Municipal tem em vigor as seguintes concessões:

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	NIPC	Objeto concessão	Período de concessão	Pagamento ao concessionário
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	EDP, S.A	504394029	Distribuição de energia elétrica em baixa tensão	20 anos	---

O contrato referido no quadro anterior, teve o seu término em junho de 2022, mantendo-se em vigor enquanto não existir nova contratação, sendo que confere o direito a recebimentos à CMA e não têm qualquer pagamento associado, exceto em caso de resgate da concessão.

Pela aplicação da NCP4 a CMA deve reconhecer como ativos de concessão os equipamentos relativos à E-Redes (antiga EDP).

No quadro seguinte apresenta-se a informação provisória enviada pela E-Redes.

	Valor aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em exploração	125 174 101,00	-110 290 277,62	14 883 823,38
Postos Transformação e Seccionamento	25 895 029,52	-22 331 344,84	3 563 684,68
Redes aéreas	19 900 041,59	-18 409 663,36	1 490 378,23
Redes subterrâneas	23 012 562,66	-20 231 192,97	2 781 369,69
Chegadas aéreas	5 619 602,79	-5 502 649,72	116 953,07
Chegadas subterrâneas	11 359 966,79	-9 685 858,50	1 674 108,29
Contadores e acessórios	14 355 943,56	-14 006 520,95	349 422,61
Contadores	11 173 266,18	-11 092 800,59	80 465,59
Outro equipamento	3 182 677,38	-2 913 720,36	268 957,02
Iluminação pública	20 645 920,59	-18 106 198,41	2 539 722,18
Eq. Telegestão Energia EDP Box	4 385 033,50	-2 016 848,87	2 368 184,63
Subsídios ao investimento	-45 631 294,50	41 056 453,69	-4 574 840,81
Postos Transformação e Seccionamento	-6 504 979,11	5 733 298,96	-771 680,15
Redes aéreas	-4 335 865,44	4 017 502,14	-318 363,30
Redes subterrâneas	-9 912 688,66	8 980 135,71	-932 552,95
Chegadas aéreas	-1 551 716,50	1 467 165,89	-84 550,61
Chegadas subterrâneas	-8 584 692,72	7 103 571,92	-1 481 120,80
Contadores e acessórios	-6 653 173,93	6 650 095,98	-3 077,95
Contadores	-5 993 373,21	5 993 373,21	0,00
Outro equipamento	-659 800,72	656 722,77	-3 077,95
Iluminação pública	-8 084 699,82	7 104 322,73	-980 377,09
Eq. Telegestão Energia EDP Box	-3 478,32	360,36	-3 117,96
Total	79 543 806,50	-69 233 823,93	10 308 982,57

Rubrica	Valor
Valor líquido AFT	14 883 823,38
Diferimento de rendimento	10 308 982,57

O rendimento diferido corresponde ao montante dos ativos fixos tangíveis líquido de depreciações e que tenham sido encargo da E-Redes e que em caso de resgate da concessão ou não renovação, existe uma indemnização a pagar de montante sensivelmente semelhante. A autarquia não considera este montante como passivo financeiro, dado que pretende realizar um novo contrato de concessão, onde o novo concessionário irá suportar diretamente as eventuais responsabilidades financeiras caso não seja renovado contrato com a E-Redes.

Nota 5 –Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis do grupo municipal são variados, incluem, entre outros, edifícios municipais do domínio privado e equipamento mobiliário, mas a sua principal componente é

relativa às infraestruturas (rede de estradas, rede de saneamento e águas, equipamentos urbanos) e outros bens de domínio público.

Os terrenos onde se encontram implantados os equipamentos estão autonomizados nas respetivas rubricas.

Mensuração de Ativos pelo VPT

No âmbito dos trabalhos de transição para o SNC-AP, ao abrigo da norma *NCP 5 Ativos Fixos Tangíveis*, foi efetuada a avaliação de bens imóveis adquiridos em transações sem contraprestação de acordo com o seu ponto 19, o qual prevê a sua mensuração pelo valor patrimonial tributário.

Inventariação de Bens do Domínio Público

Para efeitos de transição para o SNC-AP, ao abrigo da norma *NCP 5 Ativos Fixos Tangíveis*, cujo ponto 13 prevê que as infraestruturas satisfazem a definição de ativos fixos tangíveis devem ser contabilizadas de acordo com esta norma, foi efetuada a inventariação e avaliação de infraestruturas rodoviárias municipais.

Ativos fixos tangíveis em curso

Consideram-se ativos fixos tangíveis em curso, aqueles que ainda não se encontram disponíveis para uso, pelo que ainda não estão sujeitos a depreciação.

Vidas úteis ou taxas de depreciação

As taxas de depreciação utilizadas, para os bens referentes a infraestruturas afetas à CMA foram determinadas em relatório de empresa externa contratada para o efeito, a quando da sua avaliação pelo justo valor desses bens para efeitos de custo considerado.

O método de depreciação utilizado é o da linha reta, sendo as vidas uteis essencialmente as seguintes:

Tipo de AFT	Taxa média de depreciação
Terrenos e recursos naturais	0%
Edifícios e outras construções	5%
Equipamento básico	entre 5% a 20%
Equipamento de transporte	25%
Equipamento administrativo	13%
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 2% a 25%

As variações ocorridas em ativos fixos tangíveis, resumem-se no seguinte quadro:

Ativos Fixos Tangíveis	CONSOLIDADO						Quantia escriturada final	
	Quantia escriturada inicial	Variações no período						
		Adições	Transferências internas à entidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições		
Bens de domínio público, património histórico,	84 654 700,60	4 713 919,26	390 372,11	0,00	-5 880 144,36	0,00	83 878 847,61	
Terrenos e recursos naturais	6 035 255,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 035 255,17	
Edifícios e outras construções	3 123 965,27	74 505,12	500 671,50	0,00	-197 880,53	0,00	3 501 261,36	
Infraestruturas	73 337 805,52	101 764,33	468 906,35	0,00	-3 664 404,33	0,00	70 244 071,87	
Património histórico, artístico e cultural	1 135 583,12	12 706,69	0,00	0,00	-1 010,64	0,00	1 147 279,17	
Outros	0,00	4 385 033,50	0,00	0,00	-2 016 848,86	0,00	2 368 184,64	
Bens de domínio público em curso	1 022 091,52	139 909,62	-579 205,74	0,00	0,00	0,00	582 795,40	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativos fixos em concessão	14 381 347,40	-1 989 535,60	0,00	0,00	2 476 633,10	-2 352 806,15	12 515 638,75	
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Infraestruturas	14 381 347,40	-1 989 535,60	0,00	0,00	2 476 633,10	-2 352 806,15	12 515 638,75	
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros ativos fixos tangíveis	409 799 973,86	22 831 129,95	-749 559,68	0,00	-13 643 356,29	-4 200 030,36	414 038 157,48	
Terrenos e recursos naturais	178 132 845,85	2 656 216,39	0,00	0,00	-116 540,26	0,00	180 672 521,98	
Edifícios e outras construções	197 498 176,92	574 542,48	6 871 810,55	0,00	-9 796 766,44	0,00	195 147 763,51	
Equipamento básico	8 415 628,46	2 137 654,34	1 410 385,79	0,00	-1 869 423,40	-535 542,34	9 558 702,85	
Equipamento de transporte	4 001 992,80	1 543 432,33	0,00	0,00	-792 226,49	-4 538,37	4 748 660,27	
Equipamento administrativo	1 335 263,45	612 426,59	24 072,18	0,00	-550 660,04	-22 078,19	1 399 023,99	
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 153,71	0,00	-4 153,71	
Outros	2 312 671,40	426 423,02	94 652,08	0,00	-630 126,21	-2 375,28	2 201 245,01	
Ativos fixos tangíveis em curso	18 103 394,98	14 880 434,80	-9 150 480,28	0,00	0,00	-3 518 955,92	20 314 393,58	
	TOTAL	508 836 021,86	25 555 513,61	-359 187,57	0,00	-17 046 867,55	-6 552 836,51	510 432 643,84

A desagregação das adições e diminuições resumem-se nos quadros seguintes:

Aumentos

Ativos Fixos Tangíveis	CONSOLIDADO										
	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico,	0,00	671 498,37	0,00	0,00	0,00	4 042 420,89	0,00	0,00	0,00	0,00	4 713 919,26
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	74 505,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74 505,12
Infraestruturas	0,00	15 219,48	0,00	0,00	0,00	86 544,85	0,00	0,00	0,00	0,00	101 764,33
Património histórico, artístico e cultural	0,00	12 277,00	0,00	0,00	0,00	429,69	0,00	0,00	0,00	0,00	12 706,69
Outros	0,00	429 587,15	0,00	0,00	0,00	3 955 446,35	0,00	0,00	0,00	0,00	4 385 033,50
Bens de domínio público em curso	0,00	139 909,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	139 909,62
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão	0,00	1 148 783,33	0,00	0,00	0,00	-3 138 318,93	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 989 535,60
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	1 148 783,33	0,00	0,00	0,00	-3 138 318,93	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 989 535,60
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	20 280 474,27	0,00	0,00	0,00	1 229 331,35	0,00	0,00	0,00	1 268 785,34	22 778 590,96
Terrenos e recursos naturais	0,00	158 099,70	0,00	0,00	0,00	1 229 331,35	0,00	0,00	0,00	1 268 785,34	2 656 216,39
Edifícios e outras construções	0,00	574 542,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	574 542,48
Equipamento básico	0,00	2 137 624,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 137 624,86
Equipamento de transporte	0,00	1 543 432,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 543 432,33
Equipamento administrativo	0,00	612 426,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	612 426,59
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	426 452,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	426 452,50
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	14 880 434,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 880 434,80
TOTAL	0,00	26 692 533,62	0,00	0,00	0,00	2 133 433,31	0,00	0,00	0,00	1 268 785,34	25 555 513,61

Diminuições

Ativos Fixos Tangíveis	CONSOLIDADO					
	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 352 806,15	-2 352 806,15
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 352 806,15	-2 352 806,15
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 200 030,36	-4 200 030,36
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	-116 540,26	-116 540,26
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	-535 542,34	-535 542,34
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 538,37	-4 538,37
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-22 078,19	-22 078,19
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 375,28	-2 375,28
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 518 955,92	-3 518 955,92
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	-6 552 836,51	-6 552 836,51

Por constrangimentos técnicos no seu lançamento, os valores correspondentes às diminuições encontram-se completamente refletidos na coluna de “Outras” independentemente da sua origem.

Nota 6 –Locações

Apresenta-se no quadro seguinte a informação agregada dos contratos de locação, comunicados pelas entidades do Grupo Municipal e considerados relevantes.

A desagregação dos contratos de locação acima mencionados apresenta-se no mapa seguinte:

- 6.1 Locações Financeiras - Locatário**

		LOCADOR		Início da locação	Investimento bruto na locação	Visto do TC		Condições			Pagamentos da locação						Passivo remanescente	
Identificação do Bem	Nr Contrato	Designação	NIPC			Número	Data	Prazo (meses)	N.º	Periodicidade	Encargos financeiros			Redução do passivo pendente			No início de N	No final de N
											Juros contratuais			Até N	Em N	Previstos após N		
1 viatura ligeira de mercadorias com cabina simples e plataforma elevatória com alcance de 23 mt	215294	Santander Totta	500844321	01/05/2017	72 000,00	2841 (2016)	16/02/2017	60	20+VR	Trimestral	2 180,47	20,33	0,00	66 942,29	5 057,71	0,00	5 057,71	0,00
1 viatura ligeira de mercadorias, com tração 4x4	218097	Santander Totta	500844321	15/10/2017	53 900,00	1912	16/02/2017	60	20+VR	Trimestral	1 914,47	64,27	0,00	44 715,83	9 184,17	0,00	9 184,17	0,00
4 viaturas ligeiras de mercadoria, cabine dupla, com 3500 kg e plataforma elevatória	218538	Santander Totta	500844321	01/02/2018	158 590,00	2822	23/08/2017	60	20+VR	Trimestral	4 549,51	288,07	9,81	123 662,97	31 765,04	3 161,99	34 927,03	3 161,99
2 viaturas pesadas de mercadorias de 10 ton	218781	Santander Totta	500844321	01/07/2019	179 800,00	144	21/03/2019	60	20+VR	Trimestral	1 966,40	1 135,77	1 828,71	87 017,64	35 289,87	57 492,49	92 782,36	57 492,49
2 viaturas pesadas de mercadorias de 10 ton	221088	Santander Totta	500844321	01/09/2019	233 000,00	3754	08/03/2019	60	20+VR	Trimestral	3 890,38	1 274,89	2 350,19	113 067,02	45 670,29	74 262,69	119 932,98	74 262,69
7 viaturas pesadas mercadorias de 7 toneladas e plataforma elevatória	219651	Santander Totta	500844321	15/06/2019	339 990,00	416	09/05/2019	60	20+VR	Trimestral	6 043,02	1 460,34	2 588,06	181 639,75	66 896,48	91 453,77	158 350,25	91 453,77
1 viaturas pesadas RSU de 10/13 m3 e 16/19	1915268	Bankinter	980547490	15/07/2019	109 800,00	866	16/05/2019	60	20+VR	Trimestral	934,03	326,40	982,15	53 536,27	21 513,42	34 750,31	56 263,73	34 750,31
2 viaturas pesadas RSU de 17/20 m3 e 26t	1915269	Bankinter	980547490	15/10/2019	303 900,00	867	16/05/2019	60	20+VR	Trimestral	2 371,93	741,37	3 577,16	133 312,69	59 562,91	111 024,40	170 587,31	111 024,40
5 viaturas pesadas RSU de 17/20 m3 e 26t com grua	1915271	Bankinter	980547490	15/11/2019	878 375,00	868	16/05/2019	60	20+VR	Trimestral	4 334,59	2 142,82	10 660,33	385 319,34	172 157,18	320 898,48	493 055,66	320 898,48
Total					2 329 355,00						28 184,80	7 454,26	21 996,41	1 189 213,80	447 097,07	693 044,13	1 140 141,20	693 044,13

• 6.2 Locações Operacionais - Locador

Descrição	Início	Fim	Entidade	NIF	Prazo (meses)	Valor da renda (mensal atual)	Valor total	Valor Recebido 2022	Observações
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Quinta de Santo António, Bloco 6, R/c Esq., Laranjeiro Minimercado	01/10/1975	31/12/2022	Maria Isabel Cortes Mariano Dias	170306283	566	58,00	32 828,00	696,75	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Manuel José Gomes, N.º 14, Cova da Piedade Restaurante	25/09/2000	31/12/2022	Manuel Virgílio Costa Pereira	221265675	267	4,02	1 073,34	48,20	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Bairro Social da Trafaria- Bloco 2-Cave, Trafaria Minimercado	01/09/1972	31/12/2022	Manuel Bernardo	106753061	603	92,40	55 717,20	1 105,20	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Latino Coelho, N.º 1, R/c, Almada Restaurante	06/11/1992	31/12/2022	António Augusto dos Santos Boinhas	148392407	361	102,44	36 980,84	1 228,40	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Manuel Febrero, N.º 114, Mutela, Cova da Piedade Oficina	01/10/2016	31/12/2022	Mecânica Piedense Lda	500189145	74	254,09	18 802,66	3 039,27	Serviços
Contrato de Arrendamento não habitacional Jardim Urbano da Costa na Costa de Caparica Restaurante R1	15/06/2010	15/06/2025	Coisas de Água, Lda.	509434290	180	769,29	138 472,20	9 215,03	Comércio
Contrato de Arrendamento não habitacional Jardim Urbano da Costa na Costa de Caparica Restaurante R2	20/12/2013	20/12/2025	Ivo Carlos Rodrigues Ganchinho Pereira	234441925	144	769,29	110 777,76	9 224,90	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua da Cerca, Almada Cafeteria Casa da Cerca	12/05/2014	31/12/2022	Sofia & Susana Madeira - Casa de Chá Lda	509183972	103	356,53	36 722,59	4 272,24	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Avenida D.Nuno Álvares Pereira, N.º 74 A,B,C,D Gabinete de Apoio à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	09/02/2021	31/12/2022	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	502547952	22	5,02	110,44	60,18	Comércio
Contrato de Arrendamento não Habitacional Praça da Liberdade, Almada Cafeteria Forum Municipal Romeu Correia	01/04/2016	31/12/2022	Virgulas Gratuitas Lda.	513742263	80	815,49	65 239,20	9 775,41	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Av. 25 de Abril, N.º 16 - 1.º Esq., Cacilhas Residência de Suporte à Autonomia	20/05/2020	31/12/2022	GIRA – Grupo de Intervenção e Reabilitação Ativa	503532150	31	5,02	155,62	60,14	Serviços de Ação Social
Contrato de arrendamento não habitacional Av.ª D João I, N.º 35, R/c, Almada (RE)AGE em Rede - CLDS-4G	06/08/2020	06/08/2023	Santa Casa da Misericórdia de Almada	501111859	36	4,41	158,76	52,78	Serviços de Ação Social
Total						3 236,00	497 038,61	38 778,50	

• 6.3 Locações financeiras

Através da empresa WEMOB foi contratualizado uma locação financeira a médio longo prazo, de uma viatura pesada de passageiros- minibus, no montante de 67.750 euros, sendo o valor em dívida a 31 de dezembro de 20.091 euros.

A CMA detém também diversas locações financeiras relativas a viaturas e outro material de transporte, sendo o valor em dívida a 31 de dezembro de 693.044,13 euros, onde 407.555,55 euros são exigíveis em 2022.

Locações Financeiras	Corrente	Não Corrente	Total
Locação financeira (Wemob)	17 210,47	2 910,22	20 120,69
Locação financeira (CMA)	404 555,55	288 488,58	693 044,13
Total Locações Financeiras	421 766,02	291 398,80	713 164,82

Nota 7 –Custo dos empréstimos obtidos

Detalha-se no quadro seguinte os empréstimos por tipologia

Maturidade dos Financiamentos	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários			
Curto prazo - tesouraria (Wemob)	56 753,96	0,00	56 753,96
Médio Longo Prazo (CMA)	2 302 874,71	11 598 467,56	13 901 342,27
Total Empréstimos	2 359 628,67	11 598 467,56	13 958 096,23
Locações financeiras			
Locação financeira (Wemob)	17 210,47	2 910,22	20 120,69
Locação financeira (CMA)	404 555,55	288 488,58	693 044,13
Total Locações Financeiras	421 766,02	291 398,80	713 164,82
Total Financiamentos	2 781 394,69	11 889 866,36	14 671 261,05

Nos quadros seguintes detalham-se os empréstimos de médio longo prazo.

Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Condições				Outros encargos	Pagamentos efetuados							Montantes vencidos e não pagos em 31/12		Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital		Fundamento legal (c)			
	N.º do contrato	Nome da instituição				N.º de registo	Data		Contratado	Utilizado	Taxa de juro		Spread	Comissões		Amortização do capital			Juros			Outros encargos (a)			Capital	Juros	Outros encargos (a)	Em 01.01		Em 31.12	Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)	Empréstimos contratados após 01/01/2014
											Inicial	Atual				Até N	Ano N	Previstos após N	Até N (desde ano 2000)	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previsto s após N								
Médio e Longo Prazo																																
Não isentos																																
87 FOGOS / PER	9015003861491	C.G.D. - I.N.H.	21/01/2004	25,0	18,0	3046	31/12/2003	N	1 812 853,60	1 812 853,60	0,750%	0,243%	1,500%			1 238 419,22	75 984,43	498 449,95	161 470,04	1 358,20	17 652,58							574 434,38	498 449,95	73 321,81		
188 FOGOS / PER (1º reforço)	0054002513191	C.G.D. - I.N.H.	31/12/2004	18,0	18,0	2804	23/12/2004	N	419 963,83	419 963,83	0,750%	0,000%	-0,010%			393 902,64	26 061,19	0,00	18 548,45	0,00	0,00							26 061,19	0,00			
188 FOGOS / PER (2º reforço)	0054002514991	C.G.D. - I.N.H.	15/11/2005	17,0	17,0	2464	03/11/2005	N	81 258,40	81 258,40	0,750%	0,000%	-0,010%			76 215,85	5 042,55	0,00	3 510,87	0,00	0,00							5 042,55	0,00			
58 FOGOS / PER	9015004010491	C.G.D. - I.N.H.	10/01/2005	25,0	17,0	2803	23/12/2004	N	1 403 602,80	1 403 602,80	0,750%	0,256%	1,250%			874 063,17	58 252,69	471 286,94	119 716,60	1 283,79	11 770,39							529 539,63	471 286,94	58 206,69		
55 FOGOS / PER	9015004513091	C.G.D. - I.N.H.	29/12/2005	25,0	17,0	2465	03/11/2005	N	1 072 165,46	1 072 165,46	0,750%	0,338%	1,500%			667 572,92	44 435,38	360 157,16	91 940,02	1 135,78	14 760,25							404 592,54	360 157,16	44 474,42		
ESCOLAS BÁSICAS	1380743830002	BPI	02/07/2008	20,0	14,0	2024	27/12/2006	N	2 511 779,00	2 511 779,00	3,754%	0,000%	0,050%			1 514 181,33	142 513,96	855 083,71	236 932,81	0,00	68 166,48							997 597,67	855 083,71	141 982,89		
REGENERAÇÃO URBANA	1380743830003	BPI	13/08/2009	20,0	13,0	1284	13/08/2009	N	5 862 508,00	5 862 508,00	2,903%	1,133%	1,600%			3 103 680,80	344 853,40	2 413 973,80	1 029 328,54	29 821,06	403 340,54							2 758 827,20	2 413 973,80	344 853,40		
FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS SÍTOS NO MUNICÍPIO DE ALMADA	1380743830004	BPI	13/08/2010	20,0	12,0	729	13/08/2010	N	10 000 000,00	8 700 000,00	2,234%	0,783%	1,250%			5 119 470,48	386 004,89	3 194 524,63	848 221,00	26 152,48	582 467,04							3 580 529,52	3 194 524,63	492 688,38		
FINANCIAMENTO DE DIVERSOS INVESTIMENTOS MUNICIPAIS		BPI	27/07/2021	5,0	1,0	1711	11/11/2021	N	10 000 000,00	-	0,150%	0,150%	0,150%			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							0,00	0,00			
FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE ALMADA	003200495635640	Santander Totta	20/04/2017	10,0	5,0	64	05/05/2017	N	5 350 000,00	5 350 000,00	0,861%	0,850%	0,850%			1 671 875,00	668 750,00	3 009 375,00	153 059,64	29 842,97	304 671,48							3 678 125,00	3 009 375,00		535 000,00	
REFORMULAÇÃO DO TRATAMENTO DA ETAR DA QUINTA DA BOMBA	POVT-02-0146-FCOES-000224	ADC	03/09/2015	14,0	7,0	1303	03/09/2015	N	2 824 760,79	2 824 760,79	0,609%	0,000%	0,425%			938 093,93	235 833,36	1 650 833,50	27 379,99	0,00	78 938,72							1 886 666,86	1 650 833,50		201 768,63	
EMISSÁRIO DA BACIA NORTE E SERVIÇO DA COSTA POLIS	POVT-12-0146-FCOES-000119	ADC	03/09/2015	12,0	7,0	1302	03/09/2015	N	282 604,50	282 604,50	0,609%	0,000%	0,425%			112 727,16	28 312,90	141 564,44	3 100,40	0,00	4 943,64							169 877,34	141 564,44		23 550,38	
SubTotal									41 621 496,38	30 321 496,38	-	-	-	-	-	15 710 202,50	2 016 044,75	12 595 249,13	2 693 208,36	89 594,28	1 486 711,12						14 611 293,88	12 595 249,13	1 155 527,59	760 319,01		
Médio e Longo Prazo																																
Isentos																																
CONVENTO CAPUCHOS	9015002673991	C.G.D.	20/01/2002	20,0	20,0	4606	18/01/2002	I	1 096 050,52	858 340,26	1,000%	0,000%	0,450%			835 496,65	22 843,61	0,00	125 345,34	0,00	0,00							22 843,61	0,00			c1
132 FOGOS / Habitação Social	0054002457791	C.G.D. - I.N.H.	10/11/1995	27,5	27,0	79961	24/10/1995	I	1 404 280,68	1 243 553,05	6,700%	0,373%	1,250%			1 150 312,26	62 109,29	31 131,50	289 098,08	249,64	505,67							93 240,79	31 131,50	58 016,97		c2
128 FOGOS / Habitação Social	0054002459391	C.G.D. - I.N.H.	10/11/1995	27,5	27,0	79962	24/10/1995	I	1 567 851,48	1 422 806,04	6,700%	0,373%	1,250%			1 313 392,64	72 882,14	36 531,26	339 242,11	292,94	593,38							109 413,40	36 531,26	68 080,00		c2
112 FOGOS / PER	0054002465891	C.G.D. - I.N.H.	04/12/1995	27,0	27,0	90429	02/11/1995	I	1 757 747,83	1 757 747,83	3,125%	0,650%	2,750%			1 675 818,89	81 928,94	0,00	224 585,80	360,04	0,00							81 928,94	0,00			c3
33 FOGOS / PER	0054002471291	C.G.D. - I.N.H.	11/09/1996	27,5	26,0	39793	30/07/1996	I	410 983,53	410 983,53	3,125%	0,567%	2,750%			364 335,12	18 580,96	28 067,45	59 713,86	235,51	251,51							46 648,41	28 067,45	17 355,95		c3
147 FOGOS / PER	0054002472091	C.G.D. - I.N.H.	29/11/1996	27,0	26,0	74493	18/10/1996	I	2 306 805,60	2 030 002,69	2,625%	0,608%	2,750%			1 843 850,21	92 805,82	93 346,66	291 519,18	942,14	958,36							186 152,48	93 346,66	90 697,48		c3
126 FOGOS / PER	0054002489591	C.G.D. - I.N.H.	17/07/1997	25,0	25,0	34650	24/06/1997	I	2 323 260,94	2 323 260,94	2,250%	0,550%	2,750%			2 217 385,67	105 875,27	0,00	288 817,57	441,29	0,00							105 875,27	0,00			c3
188 FOGOS / PER	0054002512391	C.G.D. - I.N.H.	21/06/2000	20,0	20,0	977	01/06/2000	I	3 944 493,77	3 944 493,77	0,897%	0,000%	-0,010%			3 699 715,03	244 778,74	0,00	262 454,07	0,00	0,00							244 778,74	0,00			c3
68 FOGOS / PER	0054002544191	C.G.D. - I.N.H.	25/09/2001	25,0	21,0	4508	03/01/2002	I	1 385 347,48	1 385 347,48	1,220%	0,000%	0,425%			1 089 256,81	59 218,14	236 872,53	108 668,60	0,00	1 699,30							296 090,67	236 872,53	59 042,33		c3
REDE ESCOLAR	1380743830003	BPI	13/08/2009	20,0	13,0	1284	13/08/2009	I	2 137 492,00	2 137 492,00	2,903%	1,133%	1,600%			1 131 613,44	125 734,82	880 143,74	396 806,22	10 872,88	147 059,44							1 005 878,56	880 143,74	125 734,82		c4
SubTotal									18 334 313,83	17 514 027,59	-	-	-	-	-	15 321 176,72	886 757,73	1 306 093,14	2 386 250,83	13 394,44	151 067,66	-	-	-	-	-	-	2 192 850,87	1 306 093,14	418 927,55	0,00	
Total MLP									59 955 810,21	47 835 523,97	-	-	-	-	-	31 031 379,22	2 902 802,48	13 901 342,27	5 079 459,18	102 988,72	1 637 778,78	-	-	-	-	-	-	16 804 144,75	13 901 342,27	1 574 455,14	760 319,01	
Total Geral									59 955 810,21	47 835 523,97	-	-	-	-	-	31 031 379,22	2 902 802,48	13 901 342,27	5 079 459,18	102 988,72	1 637 778,78	-	-	-	-	-	-	16 804 144,75	13 901 342,27	1 574 455,14	760 319,01	

Para efeitos de apresentação da posição financeira, os empréstimos de médio longo prazo distinguem-se da seguinte forma, entre corrente e não corrente:

EMPRÉSTIMOS - serviço da dívida	Corrente		Não Corrente	
	AMORTIZAÇÃO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	JUROS
Caixa Geral de Depósitos:	414 904,26	12 694,17	1 340 939,19	35 497,27
C.G.D. - I.N.H.:				
132 FOGOS / Habitação Social	31 131,50	505,67	0,00	0,00
128 FOGOS / Habitação Social	36 531,26	593,38	0,00	0,00
33 FOGOS / PER	18 669,84	209,47	9 397,61	42,04
147 FOGOS / PER	93 346,66	958,36	0,00	0,00
68 FOGOS / PER	58 935,97	706,99	177 936,56	992,31
87 FOGOS / PER	75 036,35	3 726,14	423 413,60	13 926,44
58 FOGOS / PER	57 716,74	2 665,42	413 570,20	9 104,97
55 FOGOS / PER	43 535,94	3 328,74	316 621,22	11 431,51
Banco BPI:	964 559,23	222 026,78	6 379 166,65	979 006,72
ESCOLAS BÁSICAS	137 145,55	12 226,21	717 938,16	55 940,27
REQUALIFICAÇÃO REDE ESCOLAR E REGENERAÇÃO URBANA:				
REDE ESCOLAR	125 734,82	29 959,50	754 408,92	117 099,94
REGENERAÇÃO URBANA	344 853,40	82 170,05	2 069 120,40	321 170,49
FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS SITOS NO MUNICÍPIO DE ALMADA nº 1380743830004	356 825,46	97 671,02	2 837 699,17	484 796,02
Banco Santander Totta:	668 750,00	101 037,10	2 340 625,00	203 634,38
FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE ALMADA	668 750,00	101 037,10	2 340 625,00	203 634,38
Empréstimos - Quadro:	254 661,22	21 750,71	1 537 736,72	62 131,65
REFORMULAÇÃO DO TRATAMENTO DA ETAR DA QUINTA DA BOMBA	227 053,99	20 056,33	1 423 779,51	58 882,39
EMISSIONÁRIO DA BACIA NORTE E SERVIÇO DA COSTA POLIS	27 607,23	1 694,38	113 957,21	3 249,26
TOTAL EMPRÉSTIMOS	2 302 874,71	357 508,76	11 598 467,56	1 280 270,02

No quadro seguinte apresenta-se a exigibilidade dos empréstimos contratados de médio longo prazo.

EMPRÉSTIMOS - serviço da dívida	2023		2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030	
	AMORTIZAÇÃO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	JUROS
Caixa Geral de Depósitos:	414 904,26	12 694,17	245 646,31	10 199,50	238 014,45	8 391,71	239 795,75	6 610,43	181 902,28	4 860,95	183 524,89	3 238,32	145 404,69	1 600,34	106 650,82	596,02
C.G.D. - I.N.H.:																
132 FOGOS / Habitação Social	31 131,50	505,67														
128 FOGOS / Habitação Social	36 531,26	593,38														
33 FOGOS / PER	18 669,84	209,47	9 397,61	42,04												
147 FOGOS / PER	93 346,66	958,36														
68 FOGOS / PER	58 935,97	706,99	59 123,68	519,28	59 311,98	330,97	59 500,90	142,06								
87 FOGOS / PER	75 036,35	3 726,14	75 119,26	4 397,10	75 937,69	3 578,68	76 765,04	2 751,34	77 601,39	1 914,98	78 446,86	1 069,51	39 543,36	214,83		
58 FOGOS / PER	57 716,74	2 665,42	58 053,95	2 328,21	58 393,12	1 989,04	58 734,28	1 647,88	59 077,46	1 304,72	59 422,61	959,56	59 769,79	612,38	60 118,99	263,18
55 FOGOS / PER	43 535,94	3 328,74	43 951,81	2 912,87	44 371,66	2 493,02	44 795,53	2 069,15	45 223,43	1 641,25	45 655,42	1 209,25	46 091,54	773,13	46 531,83	332,84
Banco BPI:	964 559,23	222 026,78	961 307,92	268 107,49	980 721,98	225 916,16	1 000 929,40	183 269,60	1 021 963,42	139 796,44	1 043 858,61	95 554,32	910 801,26	51 304,59	459 584,06	15 058,12
ESCOLAS BÁSICAS	137 145,55	12 226,21	135 781,55	18 994,13	139 577,00	15 198,68	143 478,56	11 297,13	147 489,17	7 286,52	151 611,88	3 163,81				
REQUALIFICAÇÃO REDE ESCOLAR E REGENERAÇÃO URBANA:																
REDE ESCOLAR	125 734,82	29 959,50	125 734,82	34 576,43	125 734,82	28 490,65	125 734,82	22 495,21	125 734,82	16 499,77	125 734,82	10 528,98	125 734,82	4 508,90		
REGENERAÇÃO URBANA	344 853,40	82 170,05	344 853,40	94 832,92	344 853,40	78 141,42	344 853,40	61 697,71	344 853,40	45 254,00	344 853,40	28 877,87	344 853,40	12 366,57		
FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS SITOS NO MUNICÍPIO DE ALMADA nº 1380743830004	356 825,46	97 671,02	354 938,15	119 704,01	370 556,76	104 085,41	386 862,62	87 779,55	403 886,03	70 756,15	421 658,51	52 983,66	440 213,04	34 429,12	459 584,06	15 058,12
Banco Santander Totta:	668 750,00	101 037,10	668 750,00	94 544,53	668 750,00	65 453,91	668 750,00	36 363,28	334 375,00	7 272,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE ALMADA	668 750,00	101 037,10	668 750,00	94 544,53	668 750,00	65 453,91	668 750,00	36 363,28	334 375,00	7 272,66						
Empréstimos - Quadro:	254 661,22	21 750,71	257 875,04	18 536,89	261 129,43	15 282,51	264 424,88	11 987,05	267 761,92	8 650,02	241 747,30	5 363,02	244 798,15	2 312,16	0,00	0,00
REFORMULAÇÃO DO TRATAMENTO DA ETAR DA QUINTA DA BOMBA	227 053,99	20 056,33	229 919,41	17 190,91	232 820,99	14 289,33	235 759,19	11 351,12	238 734,47	8 375,85	241 747,30	5 363,02	244 798,15	2 312,16		
EMISSIONÁRIO DA BACIA NORTE E SERVIÇO DA COSTA POUS	27 607,23	1 694,38	27 955,63	1 345,98	28 308,44	993,18	28 665,69	635,93	29 027,45	274,17						
TOTAL EMPRESTIMOS	2 302 874,71	357 508,76	2 133 579,27	391 388,41	2 148 615,86	315 044,29	2 173 900,03	238 230,36	1 806 002,62	160 580,07	1 469 130,80	104 155,66	1 301 004,10	55 217,09	566 234,88	15 654,14

Nota 8 –Propriedades de Investimento

a) Bases de mensuração

Os bens classificados como Propriedades de Investimento, estão registados pelo seu custo.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil dado constantes no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP - (CC2). Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de depreciação.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada.

Escriturada e movimentos do período:

RUBRICAS	CONSOLIDADO											
	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo do justo valor)							Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do período	
		Adições	Transferências internas à entidade	Ganhos de justo valor	Perdas de justo valor	Diferenças cambiais	Depreciações do período	Diminuições			Rendas	Outros
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	365 007,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	365 007,12			
Edifícios e outras construções	654 967,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-16 461,47	0,00	638 505,54			
Outras propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 019 974,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-16 461,47	0,00	1 003 512,66	0,00	0,00	0,00

Nota 9 –Imparidade de ativos financeiros

No quadro seguinte identificam-se as imparidades de ativos financeiros

Ativo	Consolidado				
	Quantia bruta 31.12.2022	Imparidade acumulada a 1.1.2022	Variação	Imparidade acumulada a 31.12.2022	Quantia Recuperável
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	723 217,82	118 522,35	102 544,67	271 067,02	502 150,80
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis- não corrente	-	-	-	-	-
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis - corrente	500 000,00	-	-	-	500 000,00
Devedores por empréstimos e subsídios reembolsáveis- Corrente	223 217,82	118 522,35	102 544,67	221 067,02	2 150,80
	-	-	-	-	-
Cientes, contribuintes e utentes	13 389 706,01	4 030 063,27	2 023 289,80	6 053 353,07	7 336 352,94
Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	13 389 706,01	4 030 063,27	2 023 289,80	6 053 353,07	7 336 352,94
	-	-	-	-	-
Inventários	1 844 876,09	-	67 586,44	67 586,44	1 777 289,65
Inventários	1 844 876,09	-	67 586,44	67 586,44	1 777 289,65
	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	41 709 303,20	121 880,11	- 67 984,25	53 895,86	41 655 407,34
Pessoal	2 901,82	707,84	27,92	735,76	2 166,06
Devedores por acréscimos de rendimentos	39 816 314,69	-	-	-	39 816 314,69
Adiantamento fornecedor imobilizado	59 666,25	-	-	-	59 666,25
Cauções entregues	15 500,00	-	-	-	15 500,00
Devedores diversos	1 814 920,44	121 172,27	- 68 012,17	53 160,10	1 761 760,34
	-	-	-	-	-
Total	55 822 227,03	4 270 465,73	2 057 850,22	6 378 315,95	49 493 911,08

As imparidades apuradas, resultam essencialmente de montantes liquidados a terceiros, onde se espera que existam riscos significativos de cobrabilidade.

Nota 10 –Inventários

A decomposição da rubrica de inventário é a seguinte:

Rubricas	CONSOLIDADO		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	28 810,09	0,00	28 810,09
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	2 501 914,56	753 435,00	1 748 479,56
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2 530 724,65	753 435,00	1 777 289,65

Inventários: movimento do período:

Rubricas	CONSOLIDADO								
	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Compras liquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(-3)-/-(4)-(5)+(6)-(-7)+(8)
Mercadorias	28 810,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28 810,09
Matérias primas, subsidiarias e de consumo	1 423 480,65	2 646 674,62	1 568 240,71	0,00	753 435,00	0,00	0,00	0,00	1 748 479,56
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 452 290,74	2 646 674,62	1 568 240,71	0,00	753 435,00	0,00	0,00	0,00	1 777 289,65

Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe dos rendimentos com contraprestação e o seu impacto em resultados.

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

O rendimento das vendas é reconhecido na demonstração de resultados:

- Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rendimento dos juros é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

O rendimento dos dividendos é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em Resultados	Rendimento do período reconhecido em Resultados
	31/12/2022	31/12/2021
Prestações de serviços	32 647 581,67	26 444 424,22
Vendas de bens	12 157 881,86	11 699 125,52
Outros rendimentos	3 129 288,55	819 373,27
TOTAL	47 934 752,08	38 962 923,01

Nota 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

b) Quantia de cada categoria de rendimentos

Tipo de transação sem contraprestação	31/12/2022				
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	38 362 215,76	0,00	0,00	6 183,20	0,00
Impostos indiretos	30 470 951,89	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	8 139 729,74	0,00	0,00	1 292 554,81	0,00
Multas e outras penalidades	621 743,94	0,00	0,00	98 828,49	0,00
Transferências sem condição	34 789 771,86	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências com condição	1 866 198,96	0,00	0,00	436 607,73	0,00
Subsídios sem condição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios com condição	939 297,61	1 253 468,00	75 421,21	29 400,00	61 970,40
Legados, ofertas e doações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	2 430 741,71	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	117 620 651,47	1 253 468,00	75 421,21	1 863 574,23	61 970,40

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Apresenta-se no seguinte quadro o detalhe da rubrica de provisões e as respetivas variações:

	CONSOLIDADO			
	Saldo a 1.1.2022	Utilização	Incremento	Saldo 31.12.2022
Provisões processos judiciais	8 660 491,29	600 000,00	1 700 385,53	9 760 876,82
Provisões para acidentes de trabalho e doenças profissionais	698 098,39	61 621,93	38 713,76	675 190,22
Outras Provisões	50 225,00	0,00	0,00	50 225,00
Total	9 408 814,68	661 621,93	1 739 099,29	10 486 292,04

Encontra-se constituída uma provisão para encargos judiciais em processo com a APA, relativo ao valor da taxa de recursos hídricos, tendo sido provisionado o montante que os SMAS esperam ter de suportar. A Wemob criou em 2020 uma provisão de 11.650 euros para fazer face a potenciais encargos judiciais. No quadro seguinte detalha-se a totalidade dos processos judiciais da responsabilidade da CMA e o respetivo valor considerado em provisão.

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Autor	Réu	Posição atual da Ação	Valor
3219/13.0BELSB	Execução de acto administrativo	José Pedro Pulido Rocha	CMA e outros	Aguarda avaliação;	30 612,10
630/14.3BEALM	Ação Administrativa Comum – Responsabilidade Civil das Pessoas Coletivas.	José Pedro Polido Rocha e Sebastiana Clarinha Mourato Madureira	CMA	Instância suspensa;	49 592,31
2786/15.9BEALM	Processo de Impugnação – Indeferimento total ou parcial das reclamações gratuitas dos atos tributários.	FILA – Imobiliária e Turismo, Lda.	CMA	Impugnação improcedente. Recurso para o STA	153 110,05
947/07.3BEALM-A	Execução de Julgados – Prestação de factos pelos executados	J. Ferreira Gomes & Filhos, Lda.	CMA	Recurso extraordinário interposto pela Autora. Produzidas contra-alegações. Aguarda prolação do Acórdão.	31 612,10
232/16.0BEALM	Ação Administrativa/Impugnação de Atos Administrativos	J. Ferreira Gomes & Filhos, Lda.	CMA	Foi proferido Despacho Saneador em Junho de 2019, no âmbito do qual foi determinada a suspensão da instância até ser proferida decisão transitada em julgado no âmbito do Proc. n.º 947/07.3BEALM (Proc. 7/2020)	35 408,00
495/16.0BEALM	Processo de Impugnação/Liquidação de Tributos	J. Ferreira Gomes & Filhos, Lda.	CMA	Parecer do MP favorável ao MA. Suspensa a Instância até decisão no Proc. n.º 947/07	181 615,78
3211/14.8TBALM	Execução Comum	Maria da Conceição de Miranda Cansado Paes e outros	CMA	Pendente – o MA já depositou à ordem dos autos quantia destinada a garantir o pagamento das despesas e da prestação de facto	108 964,35
1419/09.7BEALM	Ação Administrativa Comum/Recurso Jurisdicional de Ação Administrativa Comum	Pedro Jorge de Miranda Cansado Paes e outros	CMA e outros	Aguarda decisão do Recurso	505 335,40
4660/07.3TBALM	Ação Declarativa – DL 108/2006	Maria Antónia da Silva Félix Higgs e outros	CMA	Sentença favorável do MA transita em julgado	15 000,10
1257/13.2TBALM	Ação Declarativa – DL 108/2006	Maria Antónia da Silva Félix	CMA	A instância encontra-se suspensa por relação de prejudicialidade com o Proc. n.º 4660/07.3TBALM	15 204,10
2833/14.1TBALM	Execução Sumária	A PENTEADORA	CMA	Fase de indicação de peritos	1 550 663,88
827/07.2BEALM	Ação Administrativa Especial – Pretensão conexa atos administrativos Impugnação de Atos Administrativos	Maria Manuela Bela Braz Almeida António Maria de Sousa Almeida	CMA e outros	Apresentada nova Petição Inicial e nova Contestação	15 000,00
1295/20.9BELSB	Providência cautelar de suspensão de eficácia de acto administrativo	Eduardo Costa Rodrigues	Min. Defesa Nacional e MA	Proferida sentença que indefere a providência. Aguarda decisão sobre reclamação contra a Nota de Custas de Parte	30 102,10
597/20.0BEALM	Ação administrativa de condenação em indemnização	Esteves, Barreiros e Baioa, Lda	MA	Deduzida Contestação	243 040,00
530/20.8BEALM	Pedido de declaração de nulidade de contrato de nomeação	Ministério Público	António Salgueiro e MA	Deduzida Contestação	30 204,10
370/21.7BELSB	contencioso pré-contratual	ENA Portugal	MA e Eulen	Sentença condenatória. Interposto Recurso pela Eulen. Julgado improcedente recurso para STA	71 760,00
174/21.7BEALM	contencioso pré-contratual	Rebau	MA / ISPT / DAPE	sentença condenatória. Interposto Recurso. Julgado improcedente Recurso para STS	1 605 735,00
6208/11.6TBALM	Reconhecimento de propriedade	Maria Aurélia Pereira Azinheira Gonçalves Pereira	MA	falta cumprir Sentença	110 294,89
348/21.0BEALM	ação de responsabilidade civil extra-contratual	António França Neves	MA	Deduzida Contestação	678,00
299/19.9BEALM	ação de responsabilidade civil extra-contratual	Josué Lopes da Cruz	MA	Deduzida Contestação	40 921,78

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Autor	Réu	Posição atual da Ação	Valor
584/18.7BEALM	ação de responsabilidade civil extra-contratual	Sónia Rodrigues	MA	Deduzida Contestação	26 942,30
82/21.1BEALM	oposição à execução fiscal	FILA – Imobiliária e Turismo, Ldª.	MA	Deduzida Contestação	151 886,05
2152021/000006890	contra ordenação	AT	MA	Apresentada Defesa	208,81
21512021/600000787	contra ordenação	AT	MA	Apresentada Defesa	20 452,56
906/21.3BELSB	impugnação de acto administrativo e pedido de indemnização	Betonit	MA	Deduzida Contestação	324 077,73
823/15.6BEALM	impugnação de acto administrativo	Finangeste	MA	Aguarda Sentença	30 000,01
733/21BEALM	Impugnação de acto administrativo	Anibal Marques	MA	Deduzida Contestação	500,00
486/22BEALM	Ação Popular	Carlos Tavares	MA	Deduzida Contestação	45 000,00
31/22	Responsabilidade Civil extra contratual	Helena Serrano	MA	Deduzida Contestação	2 901,00
502/22BEALM	Responsabilidade Civil extra contratual	Hugo Tavares	MA	Deduzida Contestação	12 250,00
489/22BEALM	Responsabilidade Civil extra contratual	Manuel Veiga	MA	Deduzida Contestação	5 386,00
326/22BEALM	Pedido de condenação em pagamento	Massa Insolvente Tecniger	MA	Deduzida Contestação	323 687,00
39/23BEALM	Impugnação de acto administrativo	Tânia Oliveira	MA	Deduzida Contestação	30 000,10
514/22.1BEALM	Providência Cautelar	Tânia Oliveira	MA	Recurso da Requerente	30 000,10
459/22	Impugnação de acto administrativo	Nuno Lopes	MA	Fase de articulados	30 000,10
53/22	Impugnação de acto administrativo	Nuno Lopes	MA	Fase de articulados	30 000,10
6767/11.3TBALM	Expropriação	AEBT – Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.	Município de Almada	Indemnização já liquidada, na totalidade, ao Município de Almada. Aguarda-se a realização de pagamento ainda a alguns expropriados	4 070,00
7200/12.9TBALM	Expropriação	AEBT – Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.	Município de Almada	Aguarda-se confirmação de restituição ao Município do valor de € 459,00, resultante de liquidação de taxas de justiça pagas a mais	969,00
6286/13.3TBALM	Expropriação	AEBT – Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.	Município de Almada	Processo com visto em correição desde 04/06/2018, quantia indemnizatória integralmente recebida por parte do Município, falta receber, a título de custas de parte o valor de € 4.794,00	4 794,00
405/13.BEALM	Ação Administrativa Especial - Pretensão conexa Atos Administrativos	CONSTRUCENTRO - Construções Civas do Centro, Ldª.	Município de Almada	Tendo a Autora recorrido da decisão que lhe foi desfavorável, foi o Município notificado para apresentar as suas Contramotivações de Recurso	48 970,88

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Autor	Réu	Posição atual da Ação	Valor
1698/15.0BEALM	Ação Administrativa Comum	Maria Manuela Caetano Ribeiro Maia Morais Félix	Município de Almada	Proferida sentença favorável ao Município de Almada (absolvição da instância), aguarda a prolação de despacho que recaia sobre a reclamação apresentada pelos Autores referente à Nota Discriminativa de Custas de Parte apresentada pelo Município de Almada	612,00
2809/18.1BEALM	Ação Administrativa	SENASOM - Comércio e Indústria de Construção, Ldª.	Município de Almada	Tendo sido proferida decisão favorável ao Município de Almada, a Autora recorreu da mesma, tendo o Município já igualmente apresentado as suas contramotivações, aguardando-se que o TAF de Almada ordene a subida dos autos ao TCA Sul	612,00
645/16.7BEALM UO1	Ação Administrativa	INTERSAÚDE - Clínicas e Cuidados de Saúde, Ldª.	Município de Almada e ECALMA - Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada	Aguarda realização da Audiência de Julgamento, já agendada	1 865,32
964/16.2BEALM-UO1	Ação Administrativa	Sandra Marina Sequeira de Araújo Freire	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, foi notificado o Município para vir aos autos juntar certidão de decisão judicial proferida em processo a que aludiu na sua Contestação	150 510,00
230/17.6BEALM UO1	Ação Administrativa	MREDIS, Ldª.	Município de Almada	Proferida decisão desfavorável ao Município de Almada, e tendo-se entendido não existirem fundamentos válidos para recorrer da mesma, aguarda-se a receção de proposta de resolução extrajudicial por parte da Autora	16 209,23
459/17.7BEALM UO1	Ação Administrativa	Maria José Alves Lima	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, elaborado relatório pericial, e apresentado, por parte do Município de Almada pedido de esclarecimentos à perícia, aguarda-se as referidas informações	612,00
126/18.4BEALM-UO1	Ação Administrativa	Arminda Guerra Silva Teigas	Município de Almada e Instituto das Estradas de Portugal, IEP	Finda a fase dos articulados, o processo aguarda prolação de despacho saneador	12 306,00
170/18.1BEALM UO1	Ação Administrativa	NORCEP - Construções, S.A.	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, e após nova junção do PA, em formato digital, conforme solicitado pelo Tribunal, o processo aguarda prolação de despacho saneador	90 018,00
537/18.5BEALM UO1	Ação Administrativa	HABITÁMEGA - Construções, S.A.	Município de Almada	Agendada Audiência Prévia	166 844,50
791/17.0BEALM	Ação Administrativa	Maria Amélia da Silva Freitas Ramalho Carlos	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda despacho saneador	612,00
538/19.6T8ALM	Ação de Processo Comum	INFRACONDE - Infraestruturas e Terraplanagens, Unipessoal, Ldª.	Célia João Costa Figueiredo, Junta de Freguesia da Costa de Caparica, A.P.M.F.T. - Associação dos Pescadores e Moradores da Fonte da Telha e Município de Almada	Aguarda-se agendamento da Audiência de Julgamento	50 387,90
46/17.0ECLSB	Processo de Contraordenação	ASAE	Município de Almada	Após apresentação de defesa na fase administrativa, e produção de prova documental e testemunhal, aguarda decisão final	35 000,00
9387/14.7T8LSB	Insolvência Coletiva (Apresentação)	CANTIAL - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Município de Almada e outros(...)	Processo a aguardar encerramento	30 000,01
639/19.0BEALM	Ação Administrativa	LIBUSTEMAR - Gestão de Imóveis, Ldª.	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda marcação de Audiência Prévia ou prolação de Despacho Saneador	1 938,00
553/19.0BEALM	Ação Administrativa	LIBERTY SEGUROS, Companhia de Seguros Y Reaseguros, S.A. - Sucursal em Portugal	Município de Almada	Audiência de Julgamento agendada	5 162,04
408/17.2BEALM	Ação Administrativa	TRANSOBREDA - Transportes e Terraplanagens, Ldª.	Município de Almada	Findos os articulados, aguarda marcação de Audiência Prévia ou prolação de Despacho Saneador, ou mesmo de Decisão Final	29 929,17
792/15.2BEALM	Ação Administrativa Comum	STAL em representação de Maria Joaquina Vaz Velho	Município de Almada	Finda a Audiência de Julgamento e as Alegações Escritas, aguarda prolação da Sentença	197 353,25
850/19.4BEALM	Processo de Contencioso Pré-Contratual	EVOBUS PORTUGAL, S.A.	Município de Almada	Proferida sentença favorável ao Município de Almada e apresentada Nota Discriminativa de Custas de Parte à Autora, veio esta reclamar da mesma, aguardando-se despacho relativo à reclamação	459,00
4145/16.7T8ALM	Ação de Processo Comum	Ana Isabel Pinto Fialho	Lucília Maria Pinto Pedro Parente e Município de Almada	Proferida Sentença favorável ao Município de Almada (absolvição da instância), e apresentada Nota Discriminativa de Custas de Parte à Autora, aguarda a mesma o pagamento da mesma	120 828,00
930/19.6BEALM	Processo de Contencioso Pré-Contratual	MARCODIESEL - Auto Serviço Elétrico e Diesel, Ldª.	Município de Almada	Proferida sentença favorável ao Município de Almada, já transitada em julgado e apresentada Nota Discriminativa de Custas de Parte à Autora, aguarda-se pagamento da mesma	765,00

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Autor	Réu	Posição atual da Ação	Valor
809/19.1BEALM	Ação Administrativa	PROCIFISC - Engenharia e Consultadoria, Lda.	Município de Almada	Audiência de Julgamento agendada	30 693,46
987/19.0BEALM	Ação Administrativa	TECBAU - Engenharia, Lda.	Município de Almada	Proferido Despacho Saneador, aguarda a marcação da Audiência de Julgamento	144 489,29
1277/20.0T8ALM	Ação de Processo Comum	Maria do Rosário de Lima Oliveira Santos	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda-se a admissão da requerida intervenção provocada do marido da Autora	99 236,00
241/20.4BEALM	Ação Administrativa	NORCEP - Construções, S.A.	Município de Almada	Proferido Despacho Saneador, foram nomeados peritos para a elaboração de Relatório Pericial, o qual se aguarda	971 783,52
396/20.8BEALM	Ação Administrativa	FC E V Médicos Dentistas, CRL FC	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda o saneamento do processo	16 564,54
474/20.3BEALM	Ação Administrativa	Carlos Alberto Reis e Francisco Reis Américo	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda o saneamento do processo	306,00
549/20.9BELAM	Outros Processos Cautelares (Administrativo)	Sílvia Maria Fernandes e outro(s)...	Município de Almada	Proferida decisão favorável ao Município de Almada e reclamadas as custas de parte, aguarda-se o liquidação das mesmas	306,00
724/20.6BEALM	Ação Administrativa	João Vaz de Araújo Franco	Município de Almada, SILAROEIRA - Sociedade de Desenvolvimento Turístico, S.A., SILGOLFE - Exploração de Equipamentos Desportivos, Lda. e SILCOGE - Sociedade Construtora de Obras Gerais, S.A.	Finda a fase dos articulados, aguarda o saneamento do processo, já com os habilitados herdeiros do Autor	12 156,19
691/20.6BEALM	Ação Administrativa	COPS - Companhia Operacional de Sgurança Unipessoal, Lda.	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda-se o saneamento do processo	20 804,06
356/21.1BEALM	Ação Administrativa	Maria Emília Monteiro	Município de Almada e outros(...)	Findos os articulados, aguarda marcação de Audiência Prévia ou prolação de Despacho Saneador	612,00
862/22.0T9ALM	Recurso de Contraordenação	SCHINDLER - Ascensores e Escadas Rolantes, S.A.	Ministério Público e Município de Almada	Aguarda-se deferimento do levantamento do depósito do valor devido pela reclamação da nota de custas de parte	551,00
2786/21.0T9ALM	Recurso de Contraordenação	RESTAURANTE ATIRA-TE AO RIO, Lda.	Ministério Público e Município de Almada	Foi remetido ao TAF de Almada, por o Tribunal Judicial se ter declarado materialmente incompetente	3 051,03
273/22.8BEALM	Ação Administrativa	AGEAS Portugal - Companhia de Seguros, S.A.	Município de Almada	Audiência de Julgamento agendada	1 805,12
441/22.2BEALM	Ação Administrativa	Cláudia Sofia Marques Gomes Tavares	Município de Almada	Foi apresentada Contestação, aguardando-se o saneamento do processo	45 714,00
370/22.0BEALM	Procedimento Cautelar	José Manuel Soto de Brito Parreira	Município de Almada	Aguarda-se que seja agendada a Audiência de Julgamento	612,00
411/22.0BEALM	Ação Administrativa	Companhia de Seguros ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	Município de Almada	Foi apresentada Contestação, e a Autora requereu a intervenção principal provocada de duas entidades, aguardando-se o decurso dos termos da intervenção	1 556,12
1112/16.4BEALM	Ação Administrativa	PRAIA DO INFANTE, Lda	APA, I.P., Elegâncias de Verão, Unipessoal, Lda. e Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda-se saneamento do processo	612,00
82478/22.9YIPRT	Ação Especial para Cumprimento de Obrigações Pecuniárias	ÊXITUS- Soluções Tecnológicas, Lda.	Município de Almada	Aguarda despacho relativo a desistência do pedido	6 416,64
713/22.6BEALM	Intimação para Prestação de Informações e Passagem de Certidões	Ministério Público	Município de Almada	Apresentada resposta por parte do Município, aguarda decisão	612,00
295/23.5BELSB	Ação Administrativa	BF Bank S.P.A. - Sucursal em Portugal	Município de Almada	Apresentados os articulados, foram as partes notificadas do envio dos autos à distribuição	541 902,09

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Autor	Réu	Posição atual da Ação	Valor
Contra-Ordenação n.º 88/CO/2018	Contra Ordenação	Inspeção Geral das Atividades Culturais	Município de Almada	Contestado com testemunhas	30 000,00
Contra-Ordenação n.º 929110358	Contra Ordenação	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Município de Almada	Contestado com testemunhas	600,00
Contra-Ordenação n.º 912173610	Contra Ordenação	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Município de Almada	Contestado com testemunhas	3 000,00
Contra-Ordenação n.º NUICO n.º 3152/15.1ECLB	Contra Ordenação	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Município de Almada	Contestado, ouvidas testemunhas	5 000,00
Contra-Ordenação n.º 918569761	Contra Ordenação	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Município de Almada	Contestado com testemunhas	2 500,00
Contra-Ordenação n.º 918569788	Contra Ordenação	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Município de Almada	Contestado com testemunhas	250,00
CO 373/NSP/2018	Contra Ordenação	NSPS - PSP	Município de Almada	Contestado com testemunhas	748,20
Contra-Ordenação n.º NSP2019STB00004	Contra Ordenação	NSPS - PSP	Município de Almada	Contestado com testemunhas	748,20
CO 1242770714-246-19	Contra Ordenação	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Município de Almada	Contestado com testemunhas	300,00
CO 4-246-2019	Contra Ordenação	Autoridade para a Prevenção e o Combate à Violência no Desporto	Município de Almada	Contestado com testemunhas	10 000,00
12000482	Contra Ordenação	Autoridade para as Condições do Trabalho	Município de Almada	Contestado com testemunhas	81 600,00
122000503	Contra Ordenação	Autoridade para as Condições do Trabalho	Município de Almada	Contestado com testemunhas	81 600,00
Contra-Ordenação NSP2017STB0004PAL	Contra Ordenação	NSPS - PSP	Município de Almada	Contestado com testemunhas	7 500,00
233/19/.6BEALM	Impugnação do ato administrativo que na sequência de processo disciplinar fixou o pagamento de uma multa e a cessação da comissão de serviço + indemnização por danos não patrimoniais	Pedro Luis Filipe	Município de Almada	Entregue contestação	39 000,01
616/21.1BEALM	Anulação do ato de homologação da avaliação de desempenho	Eduardo Raposo	Município de Almada	Entregue contestação	30 000,01
226/21.3BEALM	Anulação do despacho de homologação da avaliação de desempenho	Florbel Leal	Município de Almada	Entregue contestação	30 000,01
664/22.4BEALM	Providencia cautelar Suspensão ato admn. Vala 2º Torrão	Alzira e outros	Município	aguarda sentença	30 612,01
660/22,1BEALM	Providencia cautelar Suspensão ato admn. Vala 2º Torrão	Virginia Manuel	Município	aguarda sentença	30 612,01
668/22,7BEALM	Providencia cautelar Suspensão ato admn. Vala 2º Torrão	Caetano Santos	Município	PC Indeferida - recurso Requerente TACSul	30 612,01
725/21,9BEALM	Ação administrativa revoga. Ato admn.revisão renda	Claudino Felix	Município	Aguarda despacho saneador do TAF	5 205,00
724/21,9BEALM	Ação administrativa revoga. Ato admn.revisão renda	Adelino Oliveira	Município	Aguarda despacho saneador - TAF	5 205,00
2098/22,1T8ALM	Ação declarativa para entrega de imóvel e pag. Indemniz	Diogo Gonçalves	Município	Aguarda despacho saneador - judicial	8 763,05
716/21,8BEALM	Ação administrativas regularização de Ocupação ilegal	Elidio Fernandes	Município	Aguarda despacho saneador - TAF	2 103,00
443/22,9BEALM	Ação administrativa regularização de Ocupação ilegal	Litre Nobre	Município	Aguarda despacho saneador - TAF	30 306,01
581/22,8BEALM	Ação administrativa regularização de Ocupação ilegal	Lidia Beatriz	Município	Aguarda despacho saneador - TAF	2 103,00
470/22,6BEALM	Ação administrativa regularização de Ocupação ilegal	Mª Domitilia	Município	Aguarda despacho saneador - TAF	2 103,00
708/22,0BEALM	PC suspensão ato admn, despejo	Antonela	Município	Aguarda despacho saneador TAF	30 000,01
28/23,2BEALM	PC suspensão ato admn, despejo	Daniela Mesquita	Município	Aguarda despacho saneador TAF	30 000,01
41/23,0BEALM	ação administrativa regularização de Ocupação ilegal	Antonela	Município	A correr prazo para a contestação	30 000,01
24/23,0BEALM	PC suspensão ato admn, despejo	Elsa Soares	Município	Aguarda despacho saneador TAF	30 000,01
SUBTOTAL CMA					9 349 226,82
Processos SMAS					400 000,00
Processos WEMOB					11 650,00
TOTAL					9 760 876,82

O município contabiliza também o montante das pensões vitalícias resultantes de doenças profissionais ou acidentes em trabalho, detalhando-se no mapa seguinte o respetivo apuramento:

PENSÕES VITALÍCIAS									
TIPO	VALOR MENSAL 2022	DATA DO DIREITO	DATA 1º ABONO	Data de Nascimento	Ano Nascimento	Idade	Valor 2021 TV 88/90	actualização	Valor 2022 TV 88/90
Doença profissional	18,93	15/11/2012	01/12/2013	06/09/1966	1966	56	5 017,35	-117,66	4 899,69
Doença profissional	18,09	03/09/2010	01/12/2011	28/01/1966	1966	56	4 794,71	-112,44	4 682,27
Doença profissional	37,10	09/10/2014	01/11/2019	12/03/1951	1951	71	6 049,96	-269,35	5 780,61
Doença profissional	134,52	25/02/2010	01/09/2011	02/02/1958	1958	64	28 617,94	-931,66	27 686,28
Doença profissional	31,06	03/03/2021	01/05/2021	29/08/1953	1953	69	11 026,12	-5 736,43	5 289,69
Acidente em serviço	419,53	12/10/2004	01/06/2006	24/09/1950	1950	72	65 367,59	-3 036,45	62 331,14
Acidente em serviço	354,44	01/10/2004	01/07/2007	21/03/1971	1971	51	104 371,45	-2 029,65	102 341,80
Acidente em serviço	366,05	07/02/2012	01/12/2014	16/09/1975	1975	47	115 849,32	-1 978,19	113 871,13
Acidente em serviço	315,25	01/05/2008	01/09/2010	18/05/1969	1969	53	89 211,52	-1 845,16	87 366,36
Acidente em serviço	509,20	19/03/2008	01/06/2008	22/09/1954	1954	68	94 031,87	-3 650,38	90 381,49
Acidente em serviço	376,08	01/04/2008	01/03/2011	26/05/1979	1979	43	126 817,53	-1 896,24	124 921,29
Acidente em serviço	195,83	21/05/2014	01/11/2019	02/04/1962	1962	60	46 943,03	-1 304,56	45 638,47
Total							698 098,39	-22 908,17	675 190,22

Nota 17 –Acontecimentos após a data de relato

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras consolidadas.

Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 18 – Instrumentos financeiros

Dividas a receber

No quadro seguinte demonstram-se as dívidas a receber, estando a mesmas mensuradas, após reconhecimento inicial, pelo custo / custo amortizado.

Conta	CONSOLIDADO		
	Saldo a 31.12.2022		
	Quantia bruta	Imparidade	Quantia escriturada
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	723 217,82	221 067,02	502 150,80
Cientes, contribuintes e utentes	13 389 706,01	6 053 353,07	7 336 352,94
Estado e outros entes públicos	883 846,11	-	883 846,11
Outras contas a receber	41 709 303,20	53 895,86	41 655 407,34
Diferimentos	661 614,36	-	661 614,36
Participações financeiras	20 171 290,58	-	20 171 290,58
Total	77 538 978,08	6 328 315,95	71 210 662,13

Dívidas a pagar

No quadro seguinte demonstram-se as dívidas a pagar reconhecidas pelo custo / custo amortizado.

Dívidas a pagar	CONSOLIDADO		
	Corrente	Não Corrente	Total
Financiamentos obtidos	2 781 394,69	11 889 866,36	14 671 261,05
Fornecedores de investimentos	77 049,58	69 200,00	146 249,58
Diferimentos	16 113 371,59	9 072 659,10	25 186 030,69
Outras contas a pagar	14 679 530,82	1 762 378,71	16 441 909,53
Fornecedores c/c	1 742 256,53	-	1 742 256,53
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	460 826,49	-	460 826,49
Estado e outros entes públicos	664 696,82	-	664 696,82
Total	36 519 126,52	22 794 104,17	59 313 230,69

Nota 19-Benefícios dos empregados

As entidades atribuem benefícios a empregados de acordo com a legislação em vigor aplicável às autarquias locais e que são de curto prazo.

Incluem-se nos benefícios de curto prazo: Salários, subsídio de refeição, subsídio de férias e Natal, e outros abonos previstos na remuneração em vigor, bem como as contribuições para os regimes de segurança social.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação em vigor, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Gastos com o pessoal	CONSOLIDADO	
Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	454 922,94	440 367,87
Remunerações certas e permanentes	45 380 514,14	37 406 788,48
Abonos variáveis ou eventuais	2 841 205,41	2 168 271,33
Indemnizações	34 708,57	0,00
Encargos sobre remunerações	10 874 431,57	9 003 162,48
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	904 654,51	833 199,57
Gastos de ação social	57 693,62	0,00
Outros gastos com o pessoal	191 410,97	598 510,14
Outros encargos sociais	2 415 617,71	2 212 323,00
Total	63 155 159,44	52 662 622,87

Nota 20 –Divulgações de partes relacionadas

Para efeitos da NCP 20, consideram-se partes relacionadas as seguintes entidades:

- COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A
- MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada

As transações entre entidades relacionadas são as que se apresentam no quadro seguinte:

Madan Parque
Investimentos em associadas

Tipo de Fluxo	Saldo 01/01/2022		Transações								Saldo 31/12/2022	
	Débito	Crédito	Novos direitos	Novas obrigações	Anulações de direitos	Anulação de obrigações	Recebimentos c/ fluxo	Recebimentos em espécie	Pagamentos c/ fluxo financeiro	Pagamentos em espécie	Débito	Crédito
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras - Quota	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

COSTAPOLIS
Investimentos em associadas

Tipo de Fluxo	Saldo 01/01/2022		Transações								Saldo 31/12/2022	
	Débito	Crédito	Novos direitos	Novas obrigações	Anulações de direitos	Anulação de obrigações	Recebimentos c/ fluxo	Recebimentos em espécie	Pagamentos c/ fluxo financeiro	Pagamentos em espécie	Débito	Crédito
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 22 – Interesses em outras entidades

No quadro seguinte, apresenta-se o detalhe dos investimentos por tipo de critério de mensuração.

Entidades / Fundos				Participação no final do exercício			Método de contabilização
Denominação	Tipo de Participação	Natureza da entidade	NIPC	Valor subscrito	%	Valor contabilizado a 31/12/2022	
AMARSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S A	Investimentos noutras entidades	Sociedade	503876321	955 500,00	12,33%	955 500,00	Custo
COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A	Investimentos em associadas	Sociedade	505280167	12 940 550,00	40,00%	15 292 830,54	Método de equivalência patrimonial
MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada	Investimentos em associadas		503545562	199 940,00	40,65%	1 094 735,54	Método de equivalência patrimonial
Associação Almascience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	Investimentos noutras entidades	Associação	515432156	15 000,00	16,67%	15 000,00	Custo
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Investimentos noutras entidades	Fundo	513319182	2 813 224,50	0,67%	2 813 224,50	Custo
TOTAL				16 924 214,50		20 171 290,58	

Nota 23 – Outras divulgações relevantes

23.1 - Gastos com Transferências e subsídios

Detalha-se no quadro seguinte as transferências e subsídios, correntes e de capital, consideradas com gasto em 2022.

Entidades	CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
Transferências e subsídios correntes concedidas		
Associações de Municípios	1 810 011,04	1 810 011,00
Bombeiros Almada	200 146,78	209 067,08
Bombeiros Cacilhas	664 820,79	686 398,22
Bombeiros Trafaria	207 997,17	208 453,98
Empresas Locais	0,00	0,00
Famílias	10 000,00	183 201,63
Freguesia Costa da Caparica	576 029,04	589 124,54
Instituições sem Fins Lucrativos	10 081 515,78	5 913 458,50
Outros	890 454,96	0,00
Serviços e Fundos Autónomos	23 973,58	0,00
Ação Social	127 513,12	0,00
Bolsas	142 824,45	0,00
Sociedades e quase sociedades não financeiras	595 000,00	1 643 176,25
União de Freguesias Charneca de Caparica e Sobreda	1 398 714,15	1 141 796,08
União de Freguesias de Almada, Cv.Piedade, Pragal e Cacilhas	710 512,87	693 168,25
União de Freguesias de Caparica e Trafaria	940 384,05	932 231,04
União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó	403 778,88	350 538,26
Total	18 783 676,66	14 360 624,83

23.2 – Gastos com fornecimentos e serviços externos

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de fornecimento e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos		
Designação	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de saúde	3 072,74	15 553,58
Serviços de transportes	126 392,51	67 632,48
Serviços de alojamento e de restauração	118 115,50	0,00
Serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos	5 707 968,75	4 340 663,36
Trabalhos especializados	6 139 811,79	6 083 183,30
Publicidade, comunicação e imagem	319 962,83	287 887,66
Vigilância e segurança	1 088 836,91	853 258,27
Honorários	1 733 034,88	1 347 324,67
Comissões	2 101 936,92	2 037 903,29
Conservação e reparação	9 757 676,41	7 480 502,03
Serviços bancários	22 247,24	0,00
Outros	89 336,81	0,00
Outros serviços especializados	63 213,46	114 636,98
Pecas, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	384 551,98	291 522,36
Livros e documentação técnica	3 978,55	713,16
Material de escritório	95 539,82	38 222,43
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	411 707,75	248 467,14
Material de educação, cultura e recreio	9 127,24	625,68
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	169 327,77	133 180,69
Medicamentos e artigos para a saúde	23 331,60	16 018,57
Produtos químicos e de laboratórios	228 353,21	57 351,04
Outros materiais diversos de consumo	3 906 947,14	2 439 502,02
Eletricidade	12 095 032,28	5 442 443,87
Combustíveis e lubrificantes	713 321,40	502 417,81
Água	1 116 772,73	249 866,68
Outros	11 610,90	0,00
Deslocações e estadas	125 489,87	40 898,50
Transporte de mercadorias e outros bens vendidos	15 092,39	0,00
Outros	20 026,64	30 045,65
Rendas e alugueres	1 668 389,16	1 312 748,88
Comunicação	896 602,75	890 308,16
Seguros	564 974,58	722 465,24
Contencioso e notariado	33 164,48	24 778,70
Despesas de representação dos serviços	27 465,25	3 276,94
Limpeza, higiene e conforto	1 821 524,61	1 568 958,80
Outros serviços	136 084,72	14 553,64
Total	51 750 023,57	36 656 911,58

23.3 – Diferimentos ativos e passivos

Nos quadros seguintes detalham-se os saldos dos diferimentos ativos e passivos reconhecidos em 2022.

Diferimentos Ativos	CONSOLIDADO		
	Corrente	Não Corrente	Total
Serviços especializados	0,00	0,00	0,00
Materiais de consumo	278 103,29	0,00	278 103,29
Rendas e alugueres	82 794,05	0,00	75 295,85
Seguros	188 019,45	0,00	0,00
Gastos de benefícios de reforma	0,00	0,00	0,00
Outros	112 697,57	0,00	71 110,70
Total	661 614,36	0,00	661 614,36

Diferimentos passivos	Consolidado		
	Corrente	Não Corrente	Total
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições			
<i>Protocolos - Estado</i>	199 752,76	0,00	199 752,76
<i>Estado - Participação Comunitária em Projetos Co-Financiados</i>			
Ensino não Superior	0,00	0,00	0,00
Ordenamento e Requalificação do Território	2 758 178,44	0,00	2 758 178,44
Transportes e Vias de Comunicação Terrestre	1 460 480,15	0,00	1 460 480,15
Ambiente e Energia	0,00	0,00	0,00
APA - Fundo Ambiental	163 633,04	0,00	163 633,04
Programa Valorizar - Almada WI-FI +	0,00	30 609,24	30 609,24
<i>Estado - Participação Comunitária em Projetos Co-Financiados</i>			
Reestruturação e Ampliação da EB Maria Rosa Colaço	0,00	76 593,59	76 593,59
Subst. Cob. Fibrocimento c/ Amianto por Chapa Lacada em 10 escolas	0,00	3 056 539,89	3 056 539,89
Ampliação do Jardim de Infância da Sobreda	0,00	107 472,34	107 472,34
Espaços Exteriores em Bairros de Habitação Social	0,00	148 970,37	148 970,37
Criação de Espaços Comunitários	0,00	78 961,02	78 961,02
Dinamização do Presídio da Trafaria	0,00	258 871,01	258 871,01
Cacilhas-Tejo	0,00	484 169,28	484 169,28
Arte Xávega	0,00	12 750,00	12 750,00
Percursos Pedonais e Cicláveis	0,00	636 002,27	636 002,27
Estrada Florestal da Costa de Caparica	0,00	1 026 826,78	1 026 826,78
Transferencia reconhecida pelo SMAS	590 000,00	0,00	590 000,00
Total de Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	5 172 044,39	5 917 765,79	11 089 810,18
Acordos de concessão de serviços			
Outros subcontratos ou concessões CP	10 308 982,57	0,00	10 308 982,57
Outros a rendimentos a reconhecer			
Mercados e Feiras	7 558,79	0,00	7 558,79
Habitação	97 549,92	0,00	97 549,92
Edifícios	4 633,55	0,00	4 633,55
Terrenos e Recursos Naturais	436 589,18	3 154 893,31	3 591 482,49
Outros	86 013,19	0,00	86 013,19
Total de outros rendimentos a reconhecer	632 344,63	3 154 893,31	3 787 237,94
Total de diferimentos passivos	16 113 371,59	9 072 659,10	25 186 030,69

23.4 – Outros gastos

No quadro seguinte detalha-se o montante de outros gastos reconhecidos em 2022:

Outros gastos		
Designação	Consolidado	
	2022	2021
IVA Suportado não dedutível	106 895,34	110 167,97
Outros	31,28	0,00
Impostos	1 415,51	0,00
Taxas	592 305,66	579 003,96
Gastos em investimentos não financeiros	1 205,67	90 698,29
Correções de impostos diretos	833,80	7 128,09
Correções de impostos indiretos	319 252,21	653 829,46
Correções relativas a períodos anteriores	9 841,76	0,00
Devolução de transferências e subsídios obtidos	33 764,11	171 090,47
Encargos de Cobrança	25 362,38	6 117,79
Outras correções	428 322,71	846 071,51
Quotizações	456 617,06	454 851,31
Multas fiscais	0,00	1 968,21
Multas não fiscais	2 584,82	8 673,78
Condomínios	81 041,80	56 403,60
Gastos Bancárias	55 415,71	48 651,47
Indemnizações	377 231,29	238 461,58
Direitos de Autor	13 137,62	6 281,19
Correções de Inventários	17 752,55	2 241,73
Outros gastos	79 809,98	757,57
Total	2 602 821,26	3 282 397,98

23.5 – Outros rendimentos

No quadro seguinte detalham-se os outros rendimentos apurados em 2022.

Outros rendimentos		
Designação	Consolidado	
	2022	2021
Outros rendimentos Suplementares	74 677,18	21 857,66
Descontos de pronto pagamento obtidos	364,09	0,00
Alienações	1 279 796,67	0,00
Rendas em propriedades de investimento	457 978,13	642 969,71
Outros rendimentos	1 243 785,34	0,00
Outros rendimentos do Estado	62 415,06	19 316,00
Correções relativas a períodos anteriores	1 694 355,32	951 394,75
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	1 851 748,64	1 617 617,17
Outros não especificados	105 032,16	344 484,80
Total	6 770 152,59	3 597 640,09

23.6 – Estado e outros entes públicos

No quadro seguinte detalha-se as dívidas a pagar e a receber do Estado.

Outros rendimentos - Consolidado		
Designação	Ativo	Passivo
Retenção de impostos sobre rendimentos	5 899,04	389 360,93
IVA (pagar e receber)	877 947,07	15 185,38
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	257 476,81
Outros	0,00	2 673,70
Total	883 846,11	664 696,82

MAPAS DE CONSOLIDAÇÃO

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	CMA	SMAS	WEMOB	ARRIBATEJO	NOVA ALMADA VELHA	AGENEAL	AJUSTAMENTO	TOTAL CONSOLIDADO
ATIVO								
Ativos não corrente:								
Ativos fixos tangíveis	470 105 061,91	39 124 990,67	1 182 622,14	18 881,97	927,26	159,89	0,00	510 432 643,84
Propriedades de Investimento	1 003 512,66						0,00	1 003 512,66
Ativos intangíveis	284 686,61	329 167,90	44 292,25				0,00	658 146,76
Participações financeiras	66 164 729,33	64 346,47	997,60				-46 058 782,82	20 171 290,58
Outros Ativos financeiros			20 709,75	1 794,17	288,84	106,87	0,00	22 899,63
* Devedores por empréstimos bonificados e subsídios	1 537 736,72						-1 537 736,72	0,00
Diferimentos							0,00	0,00
	539 095 727,23	39 518 505,04	1 248 621,74	20 676,14	1 216,10	266,76	0,00	532 288 493,47
Ativo corrente:								
Inventários	493 147,27	1 284 142,38					0,00	1 777 289,65
Ativos biológicos							0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	223 217,82	500 000,00		125 000,00	50 000,00		-398 217,82	500 000,00
Devedores por transferências e subsídios reembolsáveis	33 594,20						-31 443,40	2 150,80
Devedores por empréstimos bonificados							0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	429 216,73	7 046 783,80	8 541,89	45 947,00	885,60	14 878,08	-209 900,16	7 336 352,94
Estado e outros entes públicos		856 794,22	9 297,86	17 102,72	0,00	651,31	0,00	883 846,11
Outras contas a receber	40 322 174,10	1 539 768,61	199 907,44		239,92	29 925,00	-436 607,73	41 655 407,34
Diferimentos	563 147,14	42 596,60	49 943,18	4 533,84		1 393,60	0,00	661 614,36
Ativos financeiros detidos para negociação							0,00	0,00
Outros ativos financeiros							0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	60 452 896,49	4 889 923,85	268 105,69	437 018,63	304 039,94	46 277,40	45 930,00	66 444 192,00
	102 517 393,75	16 160 009,46	535 796,06	629 602,19	355 165,46	93 125,39	0,00	119 260 853,20
Total do Ativo	641 613 120,98	55 678 514,50	1 784 417,80	650 278,33	356 381,56	93 392,15	-2 567 975,83	651 549 346,67
PATRIMÓNIO LÍQUIDO								
Património/Capital	161 649 413,39	17 694 185,68	1 150 000,00	80 805,17	58 858,15	250 896,89	-1 548 474,25	179 335 685,03
Outros instrumentos de capital próprio							0,00	0,00
Prémios de emissão							0,00	0,00
Reservas	6 858 530,69	32 603 625,41	27 863,49	16 160,95	11 771,63		0,00	39 517 952,17
Resultados transitados	320 497 681,04	-10 432 902,90	-12 247,15	501 448,63	285 599,15	-200 001,24	-3 196 283,92	307 443 293,61
Ajustamentos em ativos financeiros	47 999 859,45						-42 694 160,40	5 305 699,05
Excedentes de revalorização							0,00	0,00
Outras variações no património líquido	38 652 018,24	5 786 697,39	10 492,27				0,00	44 449 207,90
Resultado líquido do período	4 618 238,83	-1 521 652,97	22 766,68	16 777,21	-20 299,61	-53 731,36	2 350 001,87	5 412 100,65
Interesses que não controlam							285 885,53	285 885,53
Total do Património Líquido	580 275 741,64	44 129 952,61	1 198 875,29	615 191,96	335 929,32	-2 835,71	0,00	581 749 823,94
Passivo								
Passivo não corrente								
Provisões	10 074 642,04	400 000,00	11 650,00				0,00	10 486 292,04
Financiamentos obtidos	11 886 956,14	1 792 398,82	2 910,22				-1 792 398,82	11 889 866,36
Fornecedores de investimentos	69 200,00						0,00	69 200,00
Responsabilidade por benefícios pós-emprego							0,00	0,00
Diferimentos	9 072 659,10						0,00	9 072 659,10
Outras contas a pagar	1 762 378,71						0,00	1 762 378,71
	32 865 835,99	2 192 398,82	14 560,22	0,00	0,00	0,00	0,00	33 280 396,21
Passivo corrente								
Credores por transferências e subsídios concedidos							0,00	0,00
Fornecedores	1 423 979,35	402 245,18	71 923,94	5 951,47	1 796,20	26 577,55	-190 217,16	1 742 256,53
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	460 826,49						0,00	460 826,49
Estado e outros entes públicos	294 888,22	294 012,10	65 481,46	5 298,15	3 863,23	1 153,66	0,00	664 696,82
Financiamentos obtidos	2 707 430,26		73 964,43				0,00	2 781 394,69
Fornecedores de investimentos	73 113,58	3 936,00					0,00	77 049,58
Outras contas a pagar	8 073 947,05	8 065 969,79	335 569,67	23 836,75	14 792,81	6 526,25	-1 841 111,50	14 679 530,82
Diferimentos	15 437 358,40	590 000,00	24 042,79			61 970,40	0,00	16 113 371,59
Passivos financeiros detidos para negociação							0,00	0,00
Outros passivos financeiros							0,00	0,00
							0,00	0,00
	28 471 543,35	9 356 163,07	570 982,29	35 086,37	20 452,24	96 227,86	0,00	36 519 126,52
Total do passivo	61 337 379,34	11 548 561,89	585 542,51	35 086,37	20 452,24	96 227,86	0,00	69 799 522,73
Total do património líquido e passivo	641 613 120,98	55 678 514,50	1 784 417,80	650 278,33	356 381,56	93 392,15	-48 626 758,65	651 549 346,67

RENDIMENTOS E GASTOS	CMA	SMAS	WEMOB	ARRIBATEJO	NOVA ALMADA VELHA	AGENEAL	AJUSTAMENTO	TOTAL CONSOLIDADO
Impostos e taxas	77 031 712,20	608 787,64					-45 858,51	77 594 641,33
Vendas	67 303,04	12 399 887,71	63 936,29				-373 245,18	12 157 881,86
Prestações de serviços	14 403 939,04	15 434 008,09	2 730 941,26	225 032,67	52 712,48	37 470,00	-236 521,87	32 647 581,67
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	34 392 355,11		501 184,00	29 655,00		25 841,33	-524 000,00	34 425 035,44
Variações nos inventários da produção							0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade							0,00	0,00
Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	-1 617 441,92						1 534 337,58	-83 104,34
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 568 240,71	-685 848,56		-9 184,01			0,00	-2 263 273,28
Fornecimentos e serviços externos	-38 824 678,12	-13 311 545,43	-982 876,59	-62 260,47	-36 142,85	-28 749,81	1 496 229,70	-51 750 023,57
Gastos com o pessoal	-49 028 988,01	-11 651 229,68	-2 127 356,36	-196 485,56	-66 282,20	-84 817,63	0,00	-63 155 159,44
Transferências e subsídios concedidos	-19 288 924,66	6 248,00					499 000,00	-18 783 676,66
Prestações sociais							0,00	0,00
Imparidade de inventários(perdas/reversões)		2 323,88					0,00	2 323,88
Imparidade de dívidas a receber(perdas/reversões)	-175 631,32	541 264,10					0,00	365 632,78
Provisões (aumentos/reduções)	-1 677 477,36	600 000,00					0,00	-1 077 477,36
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)							0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor							0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	5 658 549,84	1 078 508,24	14 870,37	38 136,27	29 968,19	59,68	-49 940,00	6 770 152,59
Outros gastos e perdas	-1 916 744,81	-705 669,38	-26 563,35	-902,21	-273,48	-2 668,18	50 000,15	-2 602 821,26
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamentos	17 455 732,32	4 316 734,61	174 135,62	23 991,69	-20 017,86	-52 864,61	0,00	24 247 713,64
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-12 750 429,74	-5 828 138,36	-144 538,56	-7 214,46	-281,75	-842,40	0,00	-18 731 445,27
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			0,00				0,00	0,00
Resultado operacional(antes de gastos de financiamentos)	4 705 302,58	-1 511 403,75	29 597,06	16 777,23	-20 299,61	-53 707,01	0,00	5 516 268,37
Juros e rendimentos similares obtidos	75 623,93	1 525,00					0,00	77 148,93
Juros e gastos similares suportados	-162 687,68	-11 774,22	-3 067,54	-0,02			0,00	-177 529,46
Resultado antes de impostos	4 618 238,83	-1 521 652,97	26 529,52	16 777,21	-20 299,61	-53 707,01	0,00	5 415 887,84
Imposto sobre o rendimentos			-3 762,84			-24,35	0,00	-3 787,19
Resultado líquido do período	4 618 238,83	-1 521 652,97	22 766,68	16 777,21	-20 299,61	-53 731,36	2 350 001,87	5 412 100,65

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	CMA	SMAS	WEMOB	ARRIBATEJO	NOVA ALMADA VELHA	AGENEAL	AJUSTAMENTO	TOTAL CONSOLIDADO
Fluxos de caixa das atividades operacionais								
Recebimentos de clientes	9 938 105,11	26 864 083,93	3 033 186,67	193 943,60	66 558,98	46 088,10	-1 760 540,27	38 381 426,12
Recebimentos de contribuintes	69 363 292,65							69 363 292,65
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	34 392 355,11						-29 078,01	34 363 277,10
Recebimentos de utentes	7 753 936,58							7 753 936,58
Pagamento a fornecedores	-38 717 352,12	-14 877 439,60	-1 194 553,04	-82 337,79	-41 119,95	-26 543,78	1 475 917,34	-53 463 428,94
Pagamentos ao pessoal	-48 144 092,93	-11 734 944,60	-1 960 338,20	-190 840,09	-72 132,01	-61 731,27	26 590,56	-62 137 488,54
Pagamentos de transferências e subsídios correntes	-19 286 495,09			4 655,00			701 633,64	-18 580 206,45
Caixa gerada pelas operações	15 299 749,31	251 699,73	-121 704,57	-74 579,28	-46 692,98	-42 186,95		15 680 808,52
Outros recebimentos/pagamentos	2 273 129,92	87 659,47	-152 249,12	38 271,27	22 632,87	-5 674,05	-227 731,35	2 036 039,01
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	17 572 879,23	339 359,20	-273 953,69	-36 308,01	-24 060,11	-47 861,00		17 716 847,53
Fluxo de caixa das atividades de investimento								
Pagamentos respeitantes a:								
Ativos fixos tangíveis	-15 779 420,43	-4 923 415,45	-45 736,47					-20 748 572,35
Ativos intangíveis	-460 202,80	0,00		-9 220,20				-469 423,00
Propriedades de Investimento	-152 633,64							-152 633,64
Investimentos financeiros			-5 816,61		-76,25			-5 892,86
Outros ativos				-388,72				-388,72
Recebimentos provenientes de:								
Ativos fixos tangíveis	99 068,94	277 213,77						376 282,71
Ativos intangíveis								0,00
Propriedades de Investimento	469 097,23							469 097,23
Investimentos financeiros	264 146,26		5 519,02					269 665,28
Outros ativos								0,00
Subsídios ao investimento	6 414 147,61							6 414 147,61
Transferências de capital	332 626,00	203 124,21						535 750,21
Juros e rendimentos similares							-86 414,91	-86 414,91
Dividendos	69 830,92							69 830,92
Fluxos de caixa das atividades de investimentos (b)	-8 743 339,91	-4 443 077,47	-46 034,06	-9 608,92	-76,25	0,00	0,00	-13 328 551,52
Fluxo de caixa das atividades de financiamento								
Recebimentos provenientes de:								
Financiamentos obtidos			376 537,94					376 537,94
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital								0,00
Cobertura de prejuízos			152 633,64				-152 633,64	0,00
Doações								0,00
Outras operações de financiamento			499 000,00				-499 000,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:								
Financiamentos obtidos	-3 473 196,26	-264 146,26	-482 745,79				264 146,26	-3 955 942,05
Juros e gastos similares	-112 679,41	-6 985,84	-3 064,67					-122 729,92
Dividendos								0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital								0,00
Outras operações de financiamento			-11 655,12					-11 655,12
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	-3 585 875,67	-271 132,10	530 706,00	0,00	0,00	0,00		-3 713 789,15
Variações de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	5 243 663,65	-4 374 850,37	210 718,25	-45 916,93	-24 136,36	-47 861,00		674 506,86
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	55 209 232,84	9 264 774,22	57 387,44	482 935,58	328 175,30	94 138,40		65 769 685,14
Caixa e seus equivalentes no fim do período	60 452 896,49	4 889 923,85	268 105,69	437 018,65	304 038,94	46 277,40		66 444 192,00